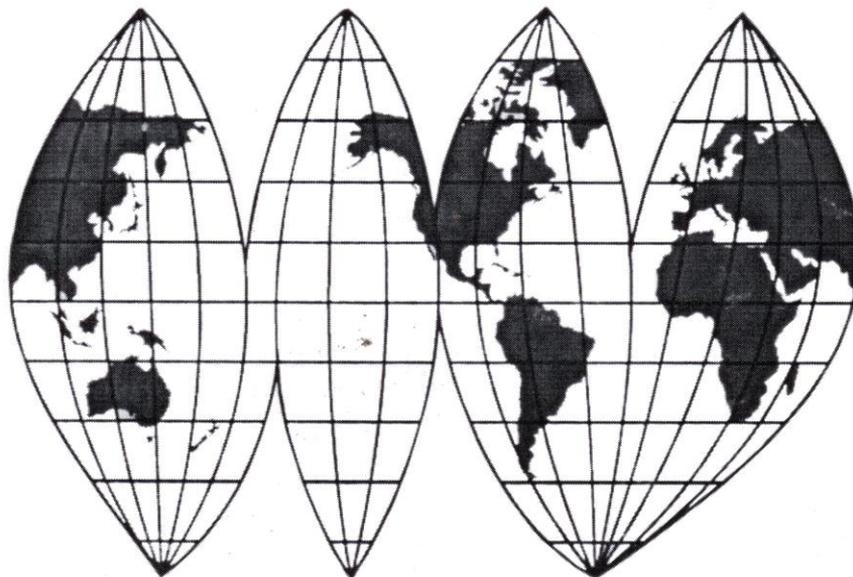


Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Geociências



ISSN 1519-4639

**NOTAS SOBRE A
EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA**

Dirce MariaAntunesSuertegaray

Florianópolis, Número 11 - Maio 2005.

NOTAS SOBRE
EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA

Dirce Maria Antunes Suertegaray

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor: Lúcio Botelho

Vice-Reitor: Ariovaldo Bolzan

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Maria Juracy Filgueiras Toneli

Vice-Diretora: Roselane Neckel

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Chefe: José Messias Bastos

Sub-Chefe: Luiz Fernando Scheibe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Cadernos Geográficos

GCN / CFH / UFSC

ISSN 1519-4639

Cadernos Geográficos	Florianópolis	Nº 12	p. 63	Maio 2005
-----------------------------	----------------------	--------------	--------------	------------------

Cadernos Geográficos é uma publicação editada pelo Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina.

Comissão Editorial / Editorial Comission:

- Carlos José Espíndola
- José Messias Bastos
- Maria Lúcia de Paula Herrmann
- Magaly Mendonça

Capa: Marcelo Perez Ramos

Diagramação: Valmir Volpato

(Catalogação na fonte por Daurecy Camilo – CRB 14/416)

Cadernos Geográficos / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – n.1 (maio 1999)- . –Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999 – v.; 23 cm

Irregular

ISSN

1. Geografia 2. Periódico I. Universidade Federal de Santa Catarina.

Endereço para correspondência e assinatura

Mailing address subscriptions

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Geociências

Campus Universitário – Trindade

88.040-900 – Florianópolis – SC

E-mail: cadgeogr@cfh.ufsc.br

NOTA EDITORIAL

A Comissão editorial sente enorme satisfação em estar lançando na XXVI edição da Semana de Geografia da UFSC (maio de 2005), o 12º número de Cadernos Geográficos, trazendo pela primeira vez um artigo escrito por uma Geógrafa, a atuante professora **Drª Dirce Maria Antunes Suertegaray**, da UFRGS

O tão almejado trabalho elaborado “**Notas sobre Epistemologia da Geografia**” vem de encontro ao anseio dos alunos da graduação e, principalmente, da pós-graduação em Geografia, que sentem a necessidade de leituras que abordem a construção científica do conhecimento geográfico. Nesse sentido o presente artigo contempla o esperado, pois foi elaborado, conforme os dizeres da autora, a partir das discussões realizadas na sua disciplina Epistemologia da Geografia.

Profª Dirce elaborou um artigo extremamente didático, sem a pretensão de ser completo, partindo da análise da produção de ciência geográfica do final do século XIX, indo até as projeções para o futuro, centrando a análise na produção do século XX. Não faltam nas suas abordagens elementos para reflexões ao longo dessa trajetória da Geografia, que se tem desdobrado em inúmeras geografias.

Nossas agradecimentos a Dirce por nos ter dado o privilegio em publicar esse artigo no Cadernos Geográficos, onde temos a certeza do importante referencial que passará a ser daqui por diante nas colocações acerca da epistemologia da ciência Geográfica.

Comissão Editorial

SUMÁRIO

1. Introdução.....	07
2. Geografia, espaço para uma das suas histórias	09
3. O método Positivista e a Geografia.....	15
3.1. Explorando o método: o modo de fazer Positivo	18
3.2. Portanto, falando um pouco de Neopositivismo.	19
3.3. Implicações do Método Neopositivista para a Geografia	21
4. Dialética, Materialismo Histórico e Geografia (fragmentos)	22
4.1. Marxismo e Geografia	26
4.2. Sob a ótica do Materialismo Histórico, uma leitura geográfica. .27	
5. A Fenomenologia e sua contribuição para a Geografia.....	29
5.1. O método fenomenológico e a análise geográfica	30
6. Geografia e Pós-Modernidade	32
6.1. Pós-Modernidade e Geografia	33
7 No espaço da liberdade a re(construção) da natureza: um ensaio sobre a relação Geografia, Ambiente e Anaquirismo	38
7.1. Introdução.....	38
7.2. Espaço e Anarquia	41
7.3. Ambiente e Anarquia.....	44
7.4. Considerações Finais.....	46
8. Conceitos Geográficos: concepções e significados.....	47
8.1. Paisagem	50
8.2. Território	52
8.3. Lugar	53
8.4. Região.....	55
8.5. Ambiente	56
8.6. Considerações para finalizar.....	58
Referências bibliográficas	59

1. Introdução

Para dar início a este texto que é, em síntese, a discussão feita na disciplina de Epistemologia da Geografia, na qual atuo nesses últimos anos, é importante, num primeiro momento, responder uma pergunta básica: o que é Epistemologia? Trata-se este campo do conhecimento de um ramo da filosofia cujo objetivo é estudar o conhecimento científico na sua forma de construção, bem como dos resultados alcançados. Não constitui um campo novo, desde muito os pesquisadores, os cientistas e os filósofos refletiram sobre o processo de construção científica. Não obstante, a Epistemologia assume uma importância significativa há algumas décadas; sua importância está associada à nossa contemporaneidade. Em nossos dias, a ciência constitui o motor da tecnologia; a sociedade atual está fundamentada no saber científico, no saber técnico ou instrumental e, em razão disto, emerge a discussão epistemológica. Há necessidade de aprofundar o conhecimento do conhecimento, de sabermos como se faz ciência, para que serve, para quem serve. Esta preocupação promove o interesse pela ciência e esta se torna objeto de estudo de diferentes disciplinas. Há quem estude, hoje, filosofia da ciência, história da ciência, psicologia da ciência, sociologia da ciência e política da ciência, entre outras formas de investigar o conhecimento.

Salmerón *apud* Bunge (1980) nos informa que uma Epistemologia renovada deveria preocupar-se com problemas lógicos, semânticos, gnosiológicos, metodológicos, ontológicos, axiológicos, éticos e estéticos. Todas estas são questões pertinentes à ciência, ao conhecimento de maneira ampla. Trataremos neste curso de Epistemologia da Geografia, que constitui um campo da denominada Epistemologia regional. Quando falamos de Epistemologia regional, estamos nos referindo à análise epistemológica de uma área específica do conhecimento. Nos últimos anos, um grande número de disciplinas analisa suas teorias, métodos e conceitos, refaz-se frente à necessidade de um novo conhecimento diante de um mundo novo. Particularmente, trataremos de Geografia; o centro da discussão que se pretende realizar diz respeito aos métodos utilizados na produção do conhecimento geográfico, assim como a análise de seus conceitos e/ou temas. Discute -se, também, questões que dizem respeito à instrumentalização técnica necessária a produção em Geografia e o ensino em Geografia.

Para trabalharmos, optamos por um recorte na produção geográfica. Trataremos, então, da Geografia que se desenvolveu a partir do momento em que se torna uma ciência autônoma nos anos 70 do século XIX. Centramos a

análise da produção desta ciência ao longo do século XX para, finalmente, projetar, a partir das transformações dos anos 90, as possibilidades para o futuro. O conteúdo abordado estará centrado em dois elementos fundamentais dos já anteriormente arrolados: questões de semântica (diz respeito à análise dos conceitos referências) e de metodologia (diz respeito à análise dos métodos e das técnicas analíticas utilizadas). A partir desses aspectos a preocupação é analisar os conceitos norteadores da análise geográfica, as formas de representação do conteúdo geográfico, as interpretações geográficas, além da discussão sobre método ou métodos geográficos, técnicas empregadas e sua relação com o método ou os métodos.

Caberia responder, talvez, algo que muitos devem se perguntar: qual a utilidade da Epistemologia da Geografia? Diria que sua utilidade está em promover o conhecimento mais profundo das referências teóricas, metodológicas e técnicas utilizadas na construção do conhecimento geográfico, o reconhecimento da articulação da Geografia com a ciência e a visualização dos limites das diferentes abordagens e da percepção do método como opção de investigação entre tantas outras questões que na discussão poderemos visualizar. Trata-se de efetivamente mergulhar no fazer geográfico. Acreditamos que aqueles que aprofundam a discussão conceitual e teórica ampliam sua capacitação de investigação e compreensão do mundo, e da Geografia em particular.

Antes de iniciarmos esta tarefa, cabe falar um pouco do caráter dessa disciplina. Por tudo o que já foi colocado é possível perceber que se tratará de uma discussão teórica. Entre os alunos sempre existem alguns que dizem não gostar de teoria e que preferem a prática. Esta é uma questão polêmica e começaríamos perguntando: é possível essa separação? Qual o sentido de uma sem a outra? O que a teoria nos revela sobre a prática e o que a prática nos revela sobre a teoria? Nesta sala quantos preferem a prática? Quantos preferem a teoria? Qual a justificativa para tal opção? Dessa problemática deriva uma outra questão: como promover análise do conhecimento? Com que instrumental didático? Não temos outra saída a não ser aquela já de muito conhecida: o texto, sua leitura e sua análise. A desconstrução de algumas concepções e, a partir daí, a reconstrução. Como se dá esse processo? Esse é um processo individual, dificilmente poderemos captar o sentido da análise epistemológica assumida e compreendida por diferentes sujeitos. Captamos parte desse processo no debate, na escrita, na expressão sob diferentes formas das elaborações que estão sendo produzidas. É por isso que o convite desta disciplina é para a leitura, a discussão e a elaboração de

idéias. Nossa formação trás como herança uma pequena habilidade com o trato teórico, talvez isto decorra da presença marcante na Geografia do empirismo desde sua origem. Não obstante, é necessário romper com esta perspectiva. Só seremos capazes de um diálogo interdisciplinar se elevarmos nossa leitura do mundo para além da aparência real ou da concretude empiricista.

O processo de discussão neste primeiro encontro desencadeou um debate sobre o sentido da Epistemologia da Geografia na formação do bacharel e do licenciado em Geografia. As questões sugeridas para debate, ao final da aula, foram: a relação da Geografia Física e a Geografia Humana, o método ou os métodos de pesquisa em Geografia, a prática interdisciplinar, conhecimento e instrumentalização técnica, Geografia e sua relação com o conhecimento, o sentido/a preponderância da descrição na Geografia e a forma de construção do conhecimento em Geografia. Em síntese, foi percebido e registrado, a partir do debate, que a discussão em Epistemologia poderá promover uma reflexão sobre a construção da Geografia já produzida e, a partir de nós (os atuais estudantes), novas formas de reescrevê-la. Estas questões, sem dúvida, estarão presentes, na medida em que vamos avançando com os temas selecionados ao debate.

2. Geografia, espaço para uma das suas histórias

Anteriormente, informamos que o recorte que seria feito para a discussão levada neste texto diz respeito ao período de constituição da Geografia que vai desde os anos 70 do século XIX até os dias atuais. Resgata-se, como não poderíamos deixar de fazer, idéias/concepções de antecessores, no âmbito da ciência, em particular da Geografia, buscando indicar o elo de ligação do conhecimento no sentido amplo. Esta síntese será apresentada em forma de linha, a linha de tempo (Figura 1). Trata-se de uma leitura que necessariamente não está completa. Constitui um indicativo que encaminha a busca do aprofundamento.

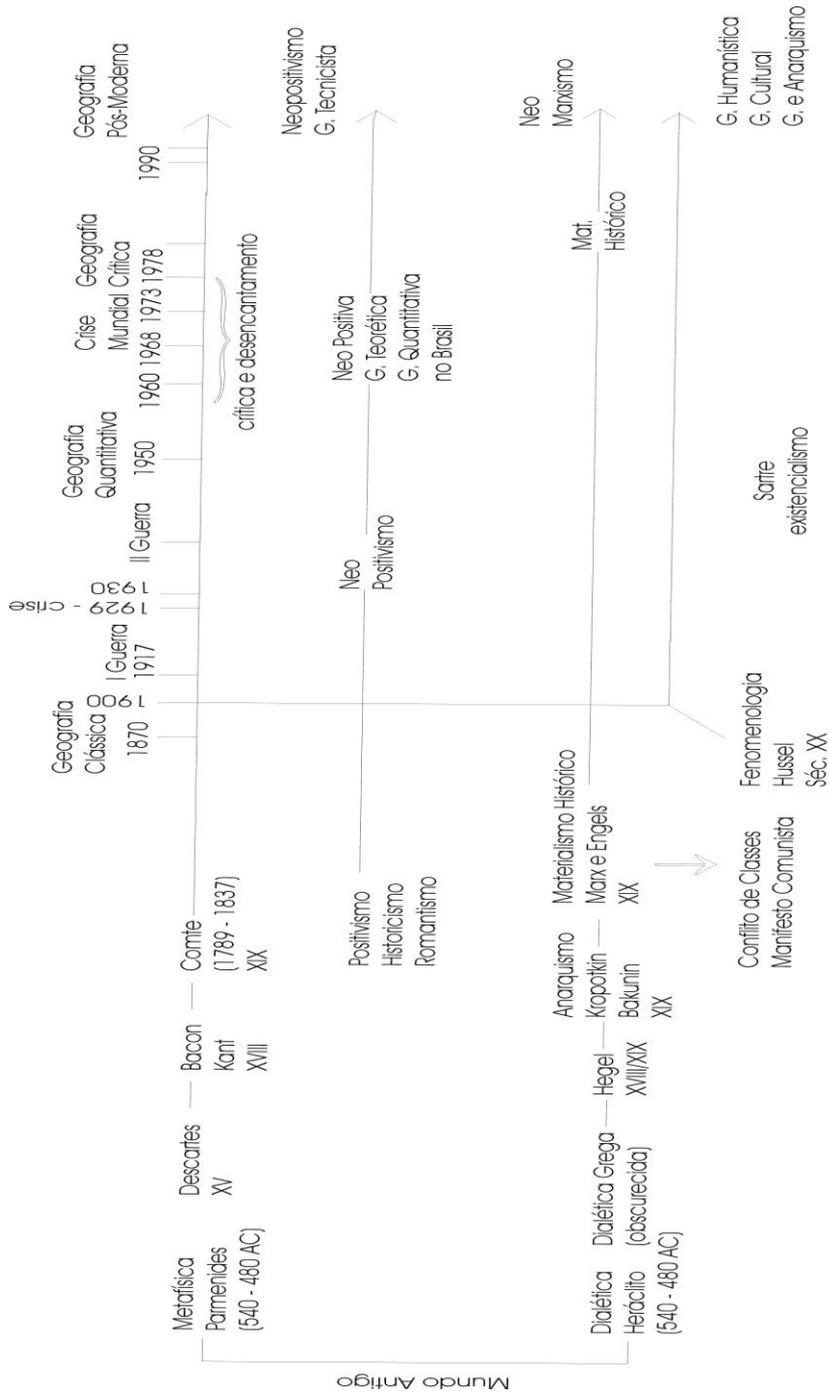


Figura 1: Linha de Tempo, indicando a constituição da Geografia.

Início dizendo para vocês que ainda nos anos de 1970 li um texto do Mao Tsé Tung sobre o conhecimento em que ele dizia que há duas formas de conceber o mundo: a metafísica e a dialética. Buscando maiores informações sobre esta questão, portanto, buscando auxílio na Filosofia fomos aprender que estas duas concepções já faziam parte do debate entre os gregos. Podemos, a título de ilustração, indicar Parmênides (540 – 480 A. C.) como um defensor da metafísica e Heráclito (540 – 480 A. C.) como um defensor da concepção dialética. Em que consiste cada visão? Resumidamente, podemos dizer que conceber o mundo numa visão metafísica é afirmar, relendo Parmênides, que tudo que existe sempre existiu. Nada pode surgir do nada e nada que existe pode se transformar em nada. Já conceber o mundo numa visão dialética é conceber que tudo flui. Tudo está em movimento e nada dura para sempre, à maneira de Heráclito. Numa visão mais contemporânea, podemos dizer que o título do filme *Nada é para sempre* ou o refrão da música de Lulu Santos “*Nada do que foi será, de novo do jeito que foi um dia*” constitui expressão de uma visão dialética. Estas duas visões fundamentam filosoficamente, até nossos dias, o debate científico. Você já pensou sobre isto? Já se perguntou como vê o mundo?

De lá para cá daremos muitos saltos na análise, ficarão muitas lacunas, mas é importante registrar que a dialética, durante períodos posteriores da história humana, em particular na Idade Média, foi obscurecida. As razões são evidentes. A religião, exercendo seu domínio explicativo, vai efetivamente promover a concepção metafísica ensinando que a natureza e, a partir dela, a construção do mundo decorrem de forças externas, derivam de um projeto, de um objetivo, portanto, recebemos a natureza/mundo prontos.

Temos, então, como a grande expressão do conhecimento metafísico ao final da Idade Média a Filosofia Cartesiana (DESCARTES, séc. XV). Com Descartes temos a separação da alma e do corpo e, por conseqüência, a separação da natureza (corpo) do Ser/Homem (representado pela alma), imagem e semelhança de Deus. Este é o criador da natureza e a coloca à disposição do homem que constitui sua imagem e semelhança (conforme ensina o cristianismo). Estas concepções dominam a filosofia e a ciência e constituem o fundamento da ciência Moderna desde então até o século XVIII/XIX. Neste contexto, a natureza deve ser conhecida para ser dominada e o método proposto seria o denominado método analítico, a decomposição, a divisão em partes para promover melhor o conhecimento. Estas idéias foram, também, fortalecidas por Bacon e Kant no século XVIII. Após este período, temos a construção filosófica de Augusto Comte (1789/1837) denominada positivismo.

A visão dialética obscurecida nesse período é retomada por Hegel (século XVIII/XIX) com a dialética do espírito e resgatada por Marx sob uma perspectiva materialista, durante o século XIX, em particular, as décadas de 40, 50 60 e 70. Estas tendências filosóficas vão exercer grande influência nas visões de mundo e, a partir daí, promoveram significativos debates/embates e estão presentes na formação da Geografia, como veremos no decorrer desta exposição.

Independentemente deste debate e embate, durante o século XIX, no que se refere ao conhecimento e, em particular a Geografia, as idéias hegemônicas que estruturam e/ou influenciam grande parte dos geógrafos dessa época são aquelas advindas da visão positivista do conhecimento. Cabe, no entanto, resgatar outras concepções em debate, de um lado o anarquismo de Kropotkin e Bakunin em contraposição a algumas teses marxistas e, de outro, já no final do século XIX, a fenomenologia de Husserl. Estas concepções de mundo constituíram, também, caminhos para interpretá-los. É sobre estes caminhos, é a influência destes na Geografia que pretendemos trabalhar neste espaço.

Então, dizia que no seu início (anos de 1870), a Geografia como ciência autônoma foi influenciada pelo positivismo, mas também pelo historicismo e, mais adiante, pelo funcionalismo/estruturalismo. Esta influência, retomando nossa linha histórica, vai dar suporte ao que hoje denominamos de Geografia Clássica, que tem sua hegemonia questionada a partir dos anos 50. Este questionamento está centrado numa outra visão filosófica e epistemológica que se constituiu no bojo das transformações científicas da virada do século XIX e se consolida nos anos 20 com o Círculo de Viena, o denominado Neopositivismo.

Os elementos de questionamento e transformação da Geografia nos anos 50 calcados na perspectiva neopositivista resultam, também, de uma necessidade da sociedade que se (re)ordena após a II Guerra, qual seja, a necessidade prática de reconstrução do espaço geográfico. Sob esta perspectiva, a Geografia Clássica tornava-se defasada, sua leitura de mundo não respondia pelas necessidades de avaliar os processos e planejar a reconstrução. Nasce daí o que se denominou de Geografia Teórica ou Quantitativa, uma Geografia que se propôs à análise do espaço centrada na compreensão dos processos espaciais, na sua maior parte na perspectiva econômica da centralização e/ou dispersão, a exemplo dos modelos de análise e explicação que se tornaram de uso comum, como a Teoria dos Círculos Concêntricos, a Teoria dos Lugares Centrais, a Teoria dos Pólos de

Crescimento, o Modelo Centro Periferia, a Estruturação Funcional e Hierárquica das Cidades, entre outros.

Mas os anos 50 também promoveram outras leituras. A sociedade pós-guerra também avalia suas conseqüências. O existencialismo como filosofia está presente questionando o espaço de vida na sua relação com a organização econômica e política da sociedade. Sartre faz uma união entre Materialismo, Marxismo e Fenomenologia e discute o sentido da vida, a condição da existência. Movimentos filosóficos, culturais, científicos promovem um clima de questionamento que atinge a Geografia e, nesta onda, a Geografia Teorética, em início de construção a partir dos países de língua inglesa, Inglaterra e Estados Unidos, sofre significativas críticas.

Na França, teremos a emergência da Geografia Ativa de Pierre George e seu desdobramento na crítica ao conteúdo da Geografia Clássica, expresso em artigos na revista Heródote e em um livro, hoje clássico, de Yves Lacoste *A Geografia serve em primeiro lugar para fazer a Guerra* (1985), para citar alguns. Essa Geografia também tem sua história em segmentos da Geografia norte-americana, com o seu registro na Revista Geografia Radical, destacando-se nessa virada epistemológica o geógrafo David Harvey, quando escreveu o livro *Justiça Social e a Cidade* (1980).

No Brasil, as transformações e o movimento crítico são desencadeados na década de 1970. O contexto político dos anos 60 e início dos anos 70 promoveu uma certa ascensão da Geografia Teorética e Quantitativa irradiada do IBGE e Departamento de Geografia de Rio Claro (UNESP). Não obstante, os ventos da mudança, e da abertura política que começa a ser delineada favorece o debate e a Geografia Crítica, fundamentada no Materialismo Histórico, promove uma dupla crítica à Geografia Clássica de um lado, indicando sua superação, e à Geografia Teorética de outro, indicando seu comprometimento político com as políticas vigentes. Desde então, temos uma transformação significativa da Geografia expressa através de análises que indicam suas sucessivas crises, como afirmava Carlos Walter Porto Gonçalves em 1978, a Geografia está em crise, viva a Geografia e como expressou Carlos Augusto Figueiredo Monteiro em 1988, ao referir-se em texto escrito em comemoração aos 50 anos do IBGE, *A travessia da Crise*. Enquanto o primeiro texto apresentava a crítica às geografias clássicas e quantitativas, indicando sua superação por uma perspectiva dialética, o segundo, passados dez anos de debate e produção renovada da Geografia, indica novos caminhos. Para tanto, o autor toma como referência o movimento da ciência, da cultura e da sociedade ao longo do século XX e vai indicar a emergência de outras perspectivas, entre

elas a Geografia Cultural. Figueiredo Monteiro, ao analisar seu texto em entrevista concedida em 2000, durante o XII Encontro Nacional de Geógrafos, informa que a crise à que se refere é um processo que implica em tempo e, esta travessia pode se fazer em tempo mais ou menos longo. A travessia não se faz por saltos. Desde então, diríamos que novos rumos são perceptíveis para a Geografia, estas mudanças podem ser mais bem visualizadas, a partir dos anos 90. Entretanto, é fundamental dizer que o movimento da Geografia, desde então, vem atrelado a um movimento mais amplo, um movimento que, desencadeado nos anos 60, promoveu uma discussão e crítica radical do mundo e do modo de viver. Este movimento, denominado desde os anos 70 do século XX de Pós – Modernidade, implicou num processo de desconstrução de todas as verdades construídas até então, implicou numa re-avaliação da ciência e uma crítica às chamadas meta-teorias. Esta nova visão emerge, entre outros, com Foucault, quando pensa o poder e indica a sua existência em todas as dimensões das relações humanas promovendo o debate sobre a necessidade de mudança. Emerge com a crítica à construção científica como sendo uma forma de linguagem e de poder em Lyotard, emerge com a crítica de um único método de conhecimento e interpretação do mundo em Feyerabend, emerge com a proposta de complexidade, pluralidade, engajamento, ou seja, na produção da Ciência com Consciência em Morin, emerge com a valorização e afirmação das diferenças e com o valor assumido pela cultura como elemento de compreensão do mundo. Este momento rompe com a unicidade do método e, para falar em Geografia, vamos verificar que pós anos 90 o debate se faz sobre o sentido das geografias, os métodos das geografias. Na prática, convivemos hoje com diferentes tendências: a Geografia Tecnicista (de perspectiva Neopositivista), a Geografia Neomarxista, a Geografia Humanista e seu desdobramento na Geografia Cultural (de perspectiva fenomenológica e/ou existencialista), a Geografia Anarquista. Cada uma destas geografias e suas derivações em diferentes temas constituem a produção, o debate e o embate atual. Qual seria a projeção para o futuro? Partindo das idéias de Lobato Corrêa para alimentar a discussão temos a seguinte projeção: o estudo de processos e formas da natureza, os impactos ambientais oriundos dos processos sociais, a trajetória da Geografia brasileira, o passado como objeto de estudo, a desestruturação e a reestruturação espacial, os conflitos espaciais, as práticas espaciais e os significados, nesta particularidade os desdobramentos temáticos, dizem respeito à paisagem natural ou cultural entendida como um texto, o sagrado e

o profano, a identidade e o território, a memória e o espaço, os modos de vida, as regiões culturais.

3. O método Positivista e a Geografia

O Positivismo, conforme já demarcado na linha do tempo anteriormente construída, está vinculado a Auguste Comte (1798/1857), sua sistematização diz respeito ao contexto da Revolução Industrial (séc. XVIII).

Para esta doutrina o objeto da ciência é só o Positivo, para melhor compreender o que é Positivismo lembremos a Teoria dos Três Estados. Esta indica três níveis de desenvolvimento humano (COMTE, 1973, p. 9-11):

O teológico, em que o espírito humano dirige

“essencialmente suas investigações para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos que o tocam, numa palavra, para os conhecimentos absolutos, apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua dos agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo”;

O metafísico,

“estado onde os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo, e concebidas como capazes de engendrar por elas próprias por todos os fenômenos observados, cuja explicação consiste então, em determinar para cada um uma entidade correspondente” e,

O estado Positivo, que é o estado que indica a impossibilidade de reconhecer o absoluto, portanto, *“renuncia a busca da origem dos fenômenos para procurar descobrir, graças ao uso combinado do raciocínio e da observação suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e similitude”*.

Constitui o método Positivo, um método histórico, genético indutivo, ou seja, parte da observação, induz leis de coexistência e de sucessão e deduz fatos novos que escapam à observação direta. Trata-se de um método que privilegia o processo de indução, que parte da observação dos fenômenos através dos sentidos para deduzir teorias. São palavras fundamentais e expressivas para a compreensão do método Positivo: experiência, observação, comparação, analogia, indução, dedução, filiação histórica.

Dissemos, anteriormente, que duas concepções de mundo se confrontam desde a Antigüidade, ou seja, a metafísica e a dialética. O Positivismo teria com perspectiva romper com a metafísica renunciando, enquanto método de investigação, as causas últimas da origem /destino do universo. O objeto da ciência é só o Positivo, isto é, o que está sujeito à observação e à experimentação. Leis e teorias são produto da experiência observada, medida, comparada e sintetizada.

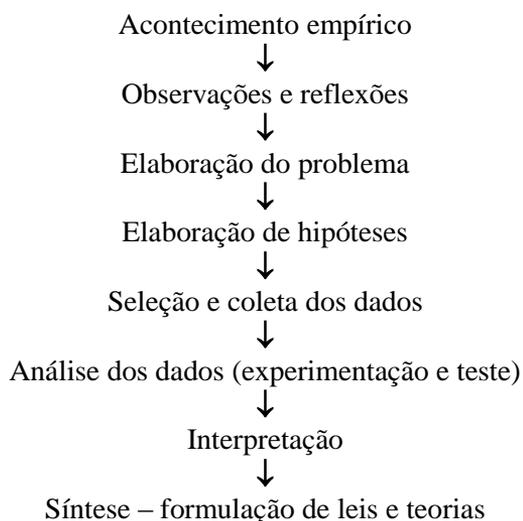
Tomando como referência os cinco princípios do Positivismo temos: o real, a certeza, a precisão, a utilidade e a relatividade. Cabe um comentário sobre cada um deles:

O real representa a realidade captada pelos sentidos, são os fatos estudados, os fenômenos. É importante observar a concepção de fenômeno para o Positivismo. Fenômenos são objetos, são expressões da materialidade do mundo, são externos ao sujeito (o pesquisador), existem independentemente. Nesta perspectiva, a realidade é algo dado, que se coloca ao observador para ser entendida e a explicação, por consequência, está no objeto. Ao pesquisador cabe desvendá-la. Assim, estando a explicação no objeto, a ciência é neutra. O pesquisador não interfere na interpretação, ele capta o sentido demandado pela observação.

A certeza diz respeito ao método. Para os positivistas clássicos, o conhecimento para ser analítico exigia a fragmentação da realidade em diferentes campos e na exigência da definição de seus objetos. Comte reconhecera essa compartimentação e a expressava através de uma classificação científica baseada em dois critérios: o lógico e o cronológico. Segundo o critério lógico, a hierarquia científica vai do mais abstrato ao mais complexo, segundo o critério cronológico, das mais antigas às mais atuais. Sob este raciocínio, a classificação e a hierarquia estabelecida é da mais antiga e abstrata (simples), a matemática, seguida da astronomia, da física, da química, da biologia, da sociologia e da moral (a mais complexa), portanto, a mais concreta.

Cada área disciplinar ou científica se individualiza a partir de seu objeto, ou melhor, cada ciência se define pela sua especificidade. Para o Positivismo, o que unifica a ciência é a forma de construí-la, o método. Portanto, o conhecimento científico apresenta, para Comte, um único caminho. O princípio da certeza, então, é resultado da unicidade do método.

Resumidamente, podemos estabelecer a seguinte seqüência para o processo analítico no Positivismo Clássico (empírico - indutivo):



O princípio da precisão indica a associação do conhecimento científico com a certeza que advém da utilização de um único método pela ciência e da verdade, na medida em que o pesquisador revela o objeto ao estudá-lo e ao construir teorias. As teorias, então, são precisas, constituem a expressão dos fatos observados e testados. Uma Teoria e/ou uma lei constituem uma síntese, ou seja, o grau máximo de generalização, de explicação para um conjunto de fatos observados e testados.

Na seqüência, temos o princípio da utilidade, que diz respeito ao sentido de utilidade emprestado ao conhecimento. No contexto em que se constrói o Positivismo (Revolução Industrial), já se evidencia a necessidade de produzir conhecimento para o desenvolvimento da sociedade, em particular, para o desenvolvimento produtivo, portanto, a valorização da utilidade científica. O princípio da relatividade é de certa forma inerente ao conhecimento, entretanto no Positivismo a compreensão é de que este se faz de forma linear por acréscimo e não por superação.

Neste curso, o interesse maior é discutir o Positivismo na perspectiva do método e na relação com a Geografia, portanto, coloquemos alguns elementos ao debate.

3.1. Explorando o método: o modo de fazer Positivo

Anteriormente, ao colocarmos os elementos constituintes do método empírico – indutivo, indicamos como primeiro passo a observação do fato ou dos fatos. Na continuidade, temos a elaboração do problema. Elaborar um problema científico é perguntar-se sobre algo. É formular, no caso da Geografia uma questão geográfica. As questões são inerentes à pesquisa e dizem respeito à curiosidade ou interesse do pesquisador em decifrar determinados fenômenos. Que questão ou questões você se coloca enquanto alguém desejoso de produzir Geografia?

Construída a pergunta, cabe construir as hipóteses. Hipóteses são respostas às perguntas feitas e elaboradas *a priori*, ou, são afirmações sobre os nossos questionamentos. Elaboradas as hipóteses, nosso próximo passo é projetar a coleta de dados. Nesta fase, indicamos a forma de coleta dos dados e, ao executá-la, coletamos as informações. Feita a coleta nossos procedimentos posteriores dizem respeito à análise.

Em que consiste uma análise? Análise é a decomposição do fenômeno estudado para avaliar, por exemplo, suas características e após proceder à síntese ou à interpretação. Este processo é feito por disjunção e redução. A disjunção permite estudar o fenômeno e suas características individualmente, ou seja, proceder à análise. A redução constitui um processo de comparação entre os fatos, objetivando a busca das similitudes, das semelhanças, pois, só a partir delas, podemos construir explicações gerais, construir a síntese científica, as leis e teorias. Nota-se, então, que leis e teorias são explicações simplificadas (abstratas), são reduções da realidade a princípios de explicação genéricos.

Sendo este o procedimento de construção do conhecimento, a forma Positiva de conceber a explicação da realidade e, considerando que na história da Geografia atribuímos à Geografia que se construiu desde 1970 até aproximadamente 1950 um legado Positivista, cabe discutir genericamente o fazer geográfico preponderante nesse período histórico. Para isto, podemos iniciar dizendo que o método da Geografia Clássica se expressa através das seguintes etapas: localizar, observar, descrever e explicar. Trata-se de um método que se assemelha ao empírico-indutivo praticado, na origem, pelo Positivismo. Não obstante, quais são os elementos do Positivismo e de seu método que indicam uma certa controvérsia com a construção geográfica?

Iniciamos pelo objeto da Geografia. Tem a Geografia um objeto? Qual é seu objeto? Historicamente, a Geografia defende que seu objeto é o estudo da relação homem-meio. Se considerarmos que a Geografia se estruturou

como ciência autônoma num contexto Positivista e que o Positivismo distinguia as ciências naturais das sociais, sendo ele próprio um método vinculado às ciências da natureza, como se situa, neste contexto, uma ciência que se diz de conexão, interação entre a natureza (o meio) e a sociedade? Este é um dos paradoxos da Geografia, dilema que, na medida em que os geógrafos produziram Geografia Física ou Geografia Humana, atormentou os que atuam neste campo do conhecimento. Não obstante, desde os anos 70 do século XX este parece configurar-se como um privilégio. Discutiremos mais adiante.

Um segundo elemento diz respeito ao método. O método Positivo, centrado na busca das explicações gerais, está sustentado na busca das semelhanças (similitudes) entre os objetos investigados. É o que se denomina na ciência de perspectiva nomotética. No caso da Geografia Clássica, seu método tinha como procedimento analítico o estudo do fenômeno como único, sua explicação era resultado de sua construção na história. A ênfase era dada às diferenças. Essa perspectiva não permite avaliar as semelhanças (ao contrário), não permite a construção de explicações gerais, ou seja, a construção de teorias. Portanto, a Geografia, com a escolha deste processo de investigação, identificado com a perspectiva ideográfica, porque valoriza o único, não se permitiu à construção de teorias. Esta opção implicou, também, uma crítica ao conhecimento geográfico, por parte da ciência Positiva, como um conhecimento não científico. Observaremos mais adiante que esta característica parece ser, hoje, um elemento de significância para este campo do conhecimento. Isto se deve à valorização contemporânea das diferenças de maneira geral e, em particular, das diferenças culturais.

A Geografia de perspectiva Positiva foi pensada como ciência neutra e útil e sob estes princípios estão de acordo Geografia e Positivismo. Da mesma forma, a crítica advinda da perspectiva Neopositivista atingiu a Geografia Clássica pela crítica ao método e à falta de construção teórica.

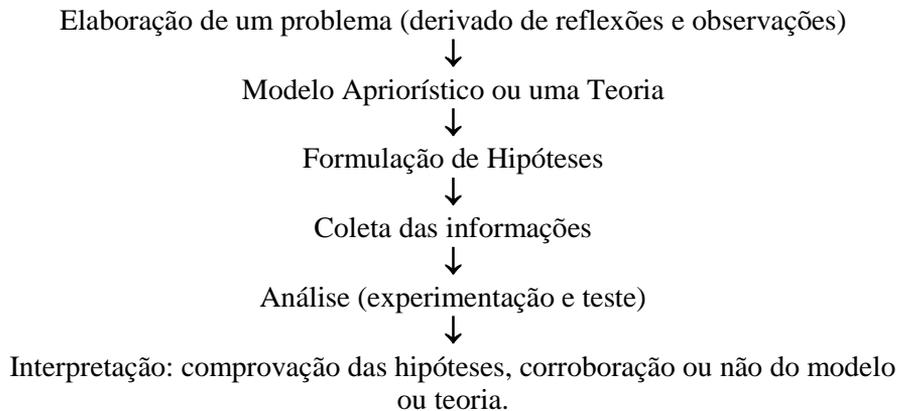
3.2. Portanto, falando um pouco de Neopositivismo.

Ao resgatarmos uma periodização para a Epistemologia, indicava-se que a Epistemologia Neopositivista ou o Positivismo Lógico surgiu nos anos trinta do século XX com a constituição do Círculo de Viena. Este era constituído basicamente de filósofos e matemáticos. A discussão estabelecida tinha como objetivos avaliar a construção científica, seu método, sua linguagem e propor uma nova Epistemologia.

Os pressupostos desta nova Epistemologia, reconhecida posteriormente por Neopositivismo parte da valorização da experiência, dos dados, da realidade empírica como princípio do conhecimento, propõe o abandono da relação causal e indica a substituição da função (relação de causa e efeito) pela probabilidade. Além disto, questiona a indução como processo único. Propõe a linguagem objetiva na produção do conhecimento, dando ênfase à matemática e à lógica formal na construção científica.

No que se refere ao método, o Neopositivismo, assim como o Positivismo, identifica para a construção do conhecimento científico um único método. Diferentemente, do Positivismo Clássico, para este o método válido é o hipotético-dedutivo. Neste processo, ou para o Positivismo Lógico, as teorias são possíveis de ser validadas sem o recurso da experiência. Não obstante, ao lidar com os fatos, assume a perspectiva nomotética (comparação e inferência a partir dos dados).

Resumidamente, pode-se dizer que os passos do método Hipotético – dedutivo são:



Esta concepção que vai aportar na Geografia nos anos 50, ou mais precisamente no pós-guerra, foi denominada Geografia Teorética ou Geografia Quantitativa. O grande marco é o texto de Schaefer (1953), quando critica a Geografia que estuda as diferenças (de perspectiva ideográfica) e propõe uma Geografia que, a partir de teorias, derive hipótese e busque a compreensão das regularidades, das similitudes, com vistas à construção de teorias. Particularmente no Brasil, vide linha do tempo (Figura 1), a Geografia Teorética se difundiu a partir do IBGE e do Departamento de

Geografia de Rio Claro, São Paulo nos anos 60 e 70. A grande discussão que se fazia neste momento (anos 50) indicava uma necessidade de transformação da Geografia, atribuindo-se à Geografia Clássica um conhecimento inútil frente às exigências do mundo nesse período. Tratava-se de um momento histórico de expansão do capitalismo monopolista de um lado, e de uma necessidade emergente de planejamento que derivava da reconstrução dos países destruídos pela Guerra, como o caso dos países Europeus. Neste contexto, a Geografia é repensada e busca-se a construção de um conhecimento geográfico “mais útil” à sociedade, ou seja, ao planejamento do estado.

As concepções Neopositivistas mudaram significativamente a Geografia. Esta passa a difundir a idéia de que o objeto da Geografia é a organização do espaço. Se atentarmos para este objeto, percebemos que o interesse maior da Geografia é estudar o arranjo e a funcionalidade do espaço geográfico, a relação entre os objetos. Nesta perspectiva, o espaço valorizado é, diferentemente da Geografia Clássica (espaço absoluto), o espaço relativo, ou melhor, o espaço que se define pela relação entre os objetos. Muda, também, a concepção de tempo. Enquanto a Geografia Clássica valorizava a história, a Geografia Teórica enfatizava em sua análise o presente. O objeto é analisar o presente com vistas à projeção, à planificação do futuro.

3.3. Implicações do Método Neopositivista para a Geografia

A grande crítica tanto dos Positivistas, como dos Neopositivistas à Geografia diz respeito a sua forma de construção do conhecimento. Para os Positivistas, a Geografia não se constituía como uma ciência, devido à ambigüidade de seu objeto e, também, pelo fato de não ter construído teorias. Para os Neopositivistas, há a necessidade de iniciar a análise a partir da construção de hipóteses que derivem de teorias. Teorias estas que dariam o suporte e valor científico para a Geografia, desde que corroboradas e ampliadas. Porém, não tendo teorias consolidadas, como os geógrafos procederiam? Para resolver este dilema buscaram, em construções teóricas hipotéticas e/ou alguns modelos existentes no âmbito geográfico ou fora dele, por exemplo, na Economia Espacial, referências teóricas para inferir hipóteses e, a partir daí, construir suas análises. Neste âmbito, resgatou-se a Teoria do Estado Isolado de Von Thünen datada de 1826, a Teoria das Localidades Centrais de Christaller de 1933, a Teoria Centro Periferia, a Teoria dos Pólos de Crescimento, entre outras, para fundamentar as análises.

Não obstante, passado o período auge de discussão desta tendência na Geografia é possível observar que não houve a construção de Teorias Geográficas de abrangência. A Geografia que foi produzida nesta época, seguindo a lógica Neopositivista valorizou a linguagem matemática e a lógica formal. Assim, construindo-se sobre a ótica do empirismo-lógico, pouco mudou em termos de método.

Cabe, no entanto, salientar algumas mudanças, estas dizem respeito aos temas. Enquanto a Geografia Clássica privilegiava, por exemplo, o estudo das paisagens, das regiões, das cidades, como objetos únicos, a Geografia deste período privilegiou, por exemplo, o estudo das cidades, suas funções e sua classificação hierárquica, buscava com esses estudos padrões de maior generalização através de busca das similaridades. Padrões e tendências eram perspectivas muito valorizadas.

Pode-se dizer, parafraseando Gregory (1984), que estes procedimentos associam-se à Economia Neoclássica (espacial) e a sua lógica instrumentalista, isto é, compreende teoria como um instrumento cuja utilidade deve ser demonstrada. Portanto, não se discute a verdade, o importante é a predição, a finalidade. Esta perspectiva confirma a vinculação desta forma de construção do conhecimento de maneira geral e da Geografia, em particular, com o planejamento. E a crítica que vinculou a Geografia a uma ciência dos Governos.

Nesse contexto, discutiu-se o objeto da Geografia como ciência da relação entre natureza e sociedade. Os geógrafos deste período assumiram a análise sistêmica como método unificador que salvaria o abismo entre Geografia Física e Geografia Humana. Trata-se, entretanto este método, de um procedimento empírico multidimensional, cuja raiz associa-se ao Neopositivismo.

Em síntese, o Neopositivismo valoriza relativamente o empírico (o real), viola a idéia de princípio (certeza) Positivista, na medida em que questiona a verdade científica absoluta, mantendo-se fiel à utilidade e à proposição de que a cientificidade decorre da utilização de um único método.

4. Dialética, Materialismo Histórico e Geografia (fragmentos)

Em item anterior, quando abordamos as duas concepções de mundo, falamos algo sobre a dialética. Aqui serão colocados outros elementos à discussão. Fragmentos, como foi referido no título, tomados de referências lidas, algumas delas indicadas na bibliografia.

As origens da dialética estão em Heráclito de Efeso (540 a 480 A.C.), Zênon de Eléa (490 a 430 A.C.) e Sócrates (460 a 399 A.C.). Para Heráclito, tudo flui, tudo está em movimento e nada dura para sempre. Corresponde, numa visão proveniente de Sócrates, ao diálogo, idéias em confronto a serem superadas. Esta visão de mundo não conseguiu constituir-se em visão hegemônica. Esteve ao longo da história em confronto (dialeticamente falando) com a metafísica. Esta, no entanto, acabou prevalecendo e constituindo-se na visão de mundo mais difundida e assumida sob diferentes instâncias da vida social, a exemplo da política, da econômica.

A dialética só assume novamente um espaço de discussão na metade do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa. Cabe, neste momento, fazer referência, a Hegel (1770-1831), filósofo que retoma a dialética. Segundo sua concepção, o movimento do pensamento constitui o que conhecemos como idéia. Este movimento denominou de Marcha do Espírito do Mundo. Entendia esta marcha, este movimento como sendo o conjunto das manifestações humanas ao longo do processo histórico. Isto significa dizer que a história do pensamento formulado por gerações de pessoas, determina o seu modo de pensar como também o fazem as condições de vida do seu próprio tempo.

É com Hegel que se construiu a tríade, tese - antítese – síntese, como sendo uma forma de representar os três estágios do conhecimento. A tese constituiria a afirmação, a antítese a sua negação e a síntese a superação das duas idéias iniciais pela construção de uma nova (uma afirmação). Este processo indica o sentido da dialética expressa desde sua origem na idéia de movimento, transformação, superação e, também, a dimensão assumida por Hegel: movimento, enquanto movimento de idéias, o que foi denominado de Idealismo.

Marx e Engels (1818-1883) tomam como ponto de partida a filosofia de Hegel, concebiam, como Hegel, o movimento como tensão entre opostos, e com isto visualizavam a possibilidade de mudança. Discordavam, no entanto, sobre a origem da mudança e da história como sendo proveniente das idéias. Para Marx e Engels, as condições materiais de existência é que direcionam o curso da história. Isto se expressa em sua tão difundida frase:

“O modo de produção da vida material condiciona em geral o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é inversamente o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1859 apud ABBAGNANO, 1982, p. 624).

Em Marx, o movimento é o modo de existência da matéria não havendo matéria sem movimento, nem movimento sem matéria.

Contribuíram para esta construção, em parte as concepções sobre a Dialética da Natureza de Engels. Para ele, o homem é um ser natural que se transforma com a natureza, sua trajetória está imbricada com a natureza, por consequência, a dialética humana deve ser avaliada com a natureza. Neste contexto, chegou a construção de três leis da dialética que seriam, portanto, comuns à natureza e à sociedade, são elas:

Lei da passagem da quantidade para a qualidade, ou seja, a medida em que um processo se intensifica tende a mudar de qualidade, tornar-se outro acontecimento;

Lei da interpenetração dos contrários que expressa a idéia de contradição como constituinte de todas as coisas e seres;

Lei da negação da negação que indica a superação da contradição, do conflito e uma nova etapa do processo.

Até aqui falamos de dialética nas construções Hegeliana e Marxista. Estamos frente a duas visões consagradas: o Idealismo, que diz respeito aos que visualizam as idéias como fundamento primordial e o materialismo, que diz respeito aos que concebem a materialidade da natureza e do mundo como fundamento primordial. Há, também, outro confronto manifesto nas concepções de Marx, este diz respeito a sua visão contrária a do filósofo Feuerbach. Para este, a concepção de ser humano era abstrata, para Marx o ser humano é a expressão de toda a sua vida natural e social, portanto, produtor e produto de todas as relações sociais. Advêm desta controvérsia a sua crítica a Feuerbach e as filosofias especulativas. Com Marx e Engels, funda-se uma outra filosofia chamada Filosofia da Ação. Seu legado filosófico indicava que não basta contemplar o mundo, é preciso transformá-lo.

Da dialética passamos à construção de Marx e Engels, o Materialismo Histórico. Esta concepção constituiu-se numa teoria e filosofia da ação. Marx e Engels admitiam que as forças econômicas promoviam as transformações em outros setores da sociedade e, conseqüentemente, eram responsáveis pelo rumo da história. O movimento e as transformações sociais dar-se-iam em determinados estágios de desenvolvimento das forças produtivas materiais de uma sociedade. Particularmente, nos momentos em que estas entrariam em contradição/luta com as relações de produção existentes.

A categoria marxista fundamental é o trabalho, atividade pela qual o homem domina as forças naturais e humaniza a natureza e humaniza a si mesmo. O trabalho, ao longo da história, é condição de alienação do homem. Esta resulta da divisão social do trabalho na apropriação dos meios de

produção e aparição das classes sociais. Classes Sociais é um outro importante conceito Marxista, as aspirações contraditórias nascem das diferenças de situação e de condições de vida das classes nas quais se decompõe qualquer sociedade.

Na Teoria de Marx, a contradição social fica expressa pela luta de classes e é a partir desta leitura que Marx vai analisar a história da humanidade, periodizando-a em diferentes Modos de Produção (o Coletivo, o Escravista, o Feudal, o Capitalista), ou seja, entendendo cada momento histórico como o modo, a forma como uma dada sociedade se organiza para produzir e como determina suas relações sociais, políticas e econômicas.

Assim, na Teoria Marxista, o processo de produção consiste na socialização da natureza quando da gênese e desenvolvimento dos Modos de Produção, de maneira geral, e das Formações Econômicas e Sociais, em particular, entendendo-se socialização da natureza como o processo de transformação da primeira em segunda natureza pelo trabalho humano na produção/reprodução de suas existências. Estas são algumas premissas que suportam o Materialismo Histórico enquanto uma teoria de análise da realidade e da busca de sua superação.

Esta constitui uma teoria social que busca compreender o mundo na perspectiva da totalidade. Contribuiu, significativamente, ao debate político e às visões de mundo desde o século XIX. Ao longo do século XX, considerando que seus pressupostos deram sustentação às revoluções ocorridas em diferentes pontos do mundo, em particular com a constituição da URSS, tornou-se concepção de confronto com outras formas de ver e organizar o mundo, como o liberalismo na sustentação ao capitalismo. Significativas implicações analíticas derivaram desta perspectiva e visão de mundo. Severas críticas lhe foram veiculadas. A ciência Positiva, por exemplo, atribuiu sempre à interpretação Marxista uma análise não científica, basicamente, por duas razões: não era uma análise neutra e não seguia o método positivo ou Neopositivo reconhecidos como “o método científico”. Na defesa, os materialistas históricos sempre se colocaram contra a neutralidade, informando àqueles que, pela aparente neutralidade, o Positivismo sustentava o *status* vigente e que o conhecimento não se fazia por um único método. Defendiam, também, os Materialistas Históricos neste embate, uma compreensão filosófica de não separação do homem da natureza (através da concepção de socialização da natureza), da não separação do sujeito do objeto (através do conceito de Práxis), ou seja, da concepção da não separação da teoria e da prática.

4.1. Marxismo e Geografia

Com este título, *Marxismo e Geografia*, Máximo Quaini, nos anos 70 (1979), escreve uma obra resgatando o sentido e a perspectiva analítica Marxista na Geografia. Trata-se de uma obra que marca, juntamente com outras já referidas, a ruptura e a crítica de um segmento de profissionais da Geografia com o fazer geográfico de leitura positiva.

Para apresentar alguns elementos deste debate, travado a partir dos anos 60 e em particular no Brasil com eclosão em 1978, iniciamos falando do método. A grande questão é: em que consiste o método Marxista? Esta é uma tarefa não tão objetiva, ou melhor, de difícil definição positiva. Enfrentaremos estas questões trazendo à discussão alguns elementos norteadores.

O método dialético pressupõe a compreensão:

- Do mundo como processo de totalização em movimento (KONDER, 1981). Trata-se de um método que valoriza a historicidade. Não obstante, cabe talvez explicar o sentido da história. Quando pensamos em história pensamos em tempo. O tempo na perspectiva positiva se apresenta de forma linear, como sucessão de acontecimentos, metaforicamente, como seta. Para a dialética, o tempo é histórico, mas sua expressão metafórica é o espiral, ou seja, ele apresenta ciclos e projeções resultados do conflituoso movimento dos opostos ou do conjunto de contradições. A história projeta-se para frente sem repetições, por superação de contradições, portanto, a cada movimento um novo momento. O sentido da análise é captar a totalidade nunca alcançada, daí a compreensão de que o conhecido é um momento do processo, uma totalização demarcada por quem investiga.

- Da parte como constituinte do todo. Qualquer objeto, para a concepção dialética, não só faz parte como reproduz o todo. Sob esta perspectiva, não se nega o estudo da parte, entretanto, não se desvincula a parte da visão de conjunto, do contexto. Esta concepção tem implicações na concepção de espaço em Geografia. A concepção dialética pensa o espaço não só como absoluto, à maneira de Newton, ou relativo, à maneira de Einstein, pensa o espaço como absoluto, relativo e relacional, à maneira de Leibniz. Objetos reais e científicos ocupam espaço, relacionam-se entre si e reproduzem dentro de si as diferentes dimensões da totalidade. Compreender a totalidade consiste em identificar as contradições concretas e as mediações que constituem a totalidade.

- Da análise da essência para além das aparências, o que significa esclarecer a dimensão imediata (palpável) e a dimensão mediata (não

palpável). As mediações entre realidades estabelecem a unidade dos contrários, princípio básico do Materialismo Histórico, pois é o fundamento do movimento.

4.2. Sob a ótica do Materialismo Histórico, uma leitura geográfica

Incorremos em riscos sempre que desejamos ser didáticos(as): o da simplificação. Entretanto, nesta seção, estaremos apresentando uma releitura de um texto de Rui Moreira escrito no auge da discussão relativa à Geografia Crítica no Brasil. O objetivo é expressar, através da perspectiva deste texto fundamentada no Materialismo Histórico, a compreensão dada à Geografia.

Já dissemos, no início, que os geógrafos tratam do espaço geográfico. Cabe, então, apresentar como seria a compreensão de espaço geográfico em debate nessa época. Para Moreira (1982), o espaço é visto como a expressão visível da sociedade. O arranjo espacial indica o modo de socialização da natureza, isto é, a transformação da história natural em história dos homens. Esta socialização consiste na transformação da primeira natureza em segunda natureza pelo trabalho humano. Sob esta perspectiva, grandioso foi o debate na Geografia. Referimo-nos, particularmente, à relação homem-natureza, tão presente na Geografia. Sob a ótica Materialista Histórica, o espaço geográfico contém a natureza socializada, a segunda natureza, portanto, o interesse nos estudos relativos à natureza em si não necessariamente diziam respeito à Geografia. Admitia-se a compreensão e o significado da natureza enquanto recurso ou meio de produção (a terra), difundindo-se daí uma leitura que indica ser o campo da natureza, um campo alheio aos estudos geográficos. Esta polêmica associada a outras que daí derivam, por exemplo, a relativa ao método de estudo pertinente aos diferentes campos que compõe o que se conhece como Geografia Física, promoveram uma certa desvalorização dos estudos da natureza em âmbito geográfico neste período. Não obstante, neste mesmo período, estamos na emergência da discussão sobre a questão ambiental. Este contexto vai promover, posteriormente, uma re-avaliação desta concepção, na medida em que o conhecimento da natureza se impõe como uma das instâncias fundamentais da análise ambiental e na luta pela melhor qualidade de vida.

Na continuidade, temos, ao ler Moreira (*Ibidem*), que a socialização da natureza constitui a gênese e o desenvolvimento de uma Formação Econômico Social, porque todo o processo de produção é, também, um processo de reprodução. Nesta lógica, a estrutura econômica de uma

Formação Econômico-Social determina a organização espacial a partir do comando da conjuntura econômica. Estamos, aqui, diante de um elemento do método, a compreensão da totalidade. No Materialismo Histórico, a totalidade é indicada pelo movimento do Modo de Produção (no seu processo de produção e reprodução) e sua efetivação sob diferentes Formações Econômico-Sociais. Um arranjo espacial, portanto, deve ser investigado na sua construção e reestruturação enquanto expressão da reprodução das relações sociais.

Nesta perspectiva de análise crítica, de matriz Marxista, Santos (1978) construiu o conceito de Formação Sócio Espacial (FSE). Este conceito busca associar à lógica da produção/reprodução social ao espaço, indicando que, na mesma medida que o espaço geográfico é produzido socialmente, é, também ele, elemento constituinte da reprodução. O conceito de FSE constitui uma contribuição significativa como instrumento analítico do espaço geográfico. Este expressa a idéia de movimento histórico-espacial da sociedade, permitindo que, a partir dele, reconheça-se o espaço geográfico como a expressão material da forma como os homens se organizam socialmente para produzirem e reproduzirem suas vidas no e com o espaço. Cabendo ao geógrafo desvendar, a partir dos arranjos, as mediações capazes de explicar tais composições materiais, como por exemplo, a verticalização e os vazios urbanos, os bairros ricos e os bairros pobres, as favelas e os condomínios, os centros comerciais (shopping) e os pequenos armazéns, os trabalhadores rurais com propriedade e os sem propriedade (arrendatários, posseiros...), o volante e/ou o bóia-fria, o comércio formal e o comércio informal ou, em outras escalas, os países ricos e os países pobres.

Segundo Moreira (1982), o método nesta perspectiva consiste em, a partir do arranjo espacial, apreender a dialética social de uma Formação Econômico Social. O objetivo é ultrapassar o nível empírico, buscando a compreensão da realidade como totalidade. Esta perspectiva analítica contraria a Epistemologia Positivista que promoveu, como já indicamos, a compartimentação do conhecimento. Nesta, cabe a cada ciência estudar isto e somente isto. Para o Materialismo Histórico, as Ciências Humanas são unas. Cada campo contribui com a construção de uma Teoria: a Teoria Social. Esta visão unificadora da sociedade implicou em severas críticas ao Marxismo, chegando os Pós-Modernistas a promoverem a desconstrução das chamadas Meta-teorias.

Neste momento de embate entre uma Geografia Positivista/Neopositivista e a Geografia Crítica, os geógrafos críticos fragilizavam o discurso de seus opositores com as seguintes críticas: a

exigência de um objeto para cada área do conhecimento, a exigência de um único método, a defesa da neutralidade científica, a perspectiva ideológica e a não transformação da realidade, a separação do sujeito do objeto e a separação da natureza da sociedade. Cabe aqui lembrar que, ainda que a Geografia Marxista tenha difundido que o conhecimento da natureza não cabe à Geografia, não podemos deixar de reconhecer sua significativa contribuição no debate entre natureza e sociedade, na medida em que sempre indicou, filosoficamente, a possibilidade de pensarmos o homem sendo ao mesmo tempo e, quicá, contraditoriamente, natural e social e, o espaço geográfico como a expressão material da transformação da primeira em segunda natureza.

5. A Fenomenologia e sua contribuição para a Geografia

Durante os anos 70, as significativas críticas à Geografia Clássica e a busca de novos paradigmas encaminharam a Geografia para a concepção fenomenológica. Esta forma de conhecer tem sua difusão com Hussell no final do século XIX. A compreensão desta tendência fica mais bem explicitada se atentarmos para o significado de fenômeno, cujo conceito dá sustentação aos diferentes modos de conhecer. Assim temos, retomando uma leitura de Chauí (1996), diferentes sentidos para fenômeno:

Fenômeno indica aquilo que do mundo externo se oferece ao sujeito do conhecimento (visão Kantiana);

Tudo que existe, existe para uma consciência e a própria consciência se faz conhecer, ou se mostra a si mesmo no conhecer, portanto, ela própria é fenômeno (Hegel);

A matéria existe antes do homem. A construção humana (consciência) é forjada a partir da tomada de conhecimento da externalidade do homem em relação à matéria primordial. (Marx).

A fenomenologia de Hussell, segundo Chauí, vem de encontro às visões de Kant e de Hegel, para ele tudo que existe é fenômeno, só existem fenômenos. Portanto, consciência possui uma essência diferente da essência dos fenômenos, pois ela dá sentido às coisas e essas recebem sentido. Fenômeno, então, é consciência de... Tudo é fenômeno enquanto consciência de.

Tomando estas referências é possível perceber que, diferentemente das idéias de Kant e na projeção diferentemente do positivismo (a quem Hussell se opôs), temos que a Fenomenologia privilegia o sujeito do conhecimento, na medida em que nega a consciência como fato observável,

ou como alma, e a considera o ato de construir essências ou significações. Por isso se diz que, nesta perspectiva, fenômeno é essência, portanto, consciência é consciência de... intencionalidade.

Estas breves observações nos permitem indicar: o que é Fenomenologia? Dizemos que Fenomenologia é a descrição de todos os fenômenos ou essências que aparecem à consciência e que são constituídas pela própria consciência, isto é, são as significações de todas as realidades, sejam elas naturais, materiais, ideais ou culturais.

5.1. O método fenomenológico e a análise geográfica

Podemos dizer que o método fenomenológico consiste em descrever o fenômeno, aquilo que se apresenta imediatamente. Propõe-se a descrever os fenômenos da experiência. Esta descrição implica em exclusão de crenças e preconceitos, colocar-se no lugar de, ou seja, procurar captar o sentido e significado dado pelos atores, agentes, grupos envolvidos, ao vivido. Exige, também, o reconhecimento da variabilidade e da complexidade do fenômeno que está sendo descrito. Para trabalhar nesta perspectiva, utiliza-se uma variabilidade de fontes e instrumentais técnicos, entre elas as entrevistas qualitativas, as histórias de vida. Ao descrever não se busca as regularidades, indica-se as ambigüidades e a complexidade, procura-se a estrutura de significados. Nesta forma de conhecer, a interpretação é sempre aberta à re-interpretção. O método fenomenológico não é nem dedutivo, nem empírico, na medida em que consiste em esclarecer o que se dá para nós, não explica por meio de leis, mas apenas vê, imediatamente, o que se acha ante a consciência. Assim, temos que a Fenomenologia diferencia-se do Positivismo, na medida em que este confunde o ver com o visível empírico. Para os que trabalham com a Fenomenologia, cada objeto sensível possui uma essência, por isso são concebidos como fenômeno.

Particularmente na Geografia, sintetizando Relph (1979), temos diferentes interpretações fenomenológicas. Tomando como ponto de partida o conceito de espaço geográfico, é possível dizer que, de forma mais generalizada, o foco de atenção dos geógrafos humanistas (assim denominados os que trabalham com Fenomenologia, representações e cultura) é o mundo vivido. Este é entendido como o mundo das experiências e do sentido que damos a elas em nosso cotidiano. Portanto, o mundo vivido é um mundo subjetivo. Três conceitos são fundamentais nesta perspectiva, são eles: espaço, paisagem e lugar. O espaço, diferentemente das concepções já expostas, não é concebido geometricamente, o espaço é vivido,

experienciado. A superfície limitante do espaço experienciado é a paisagem. Finalmente, temos o conceito de lugar; este constitui o centro de significados expressando, não só a localização, mas o tipo de experiência com o mundo.

Outro dado fundamental na concepção de mundo vivido diz respeito às interconexões dos elementos geográficos. O mundo vivido é o mundo dos espaços interrelacionados, ou seja, conectam-se no mundo vivido as dimensões natural, social e cultural. E mais, o mundo vivido também se funde com os espaços da imaginação e da projeção. É um espaço concreto, porque vivido é único e não único, persistente e mutável, faz parte de nós e está à parte de nós. O mundo vivido, sendo a expressão de nossas experiências, está associado a sentimentos de prazer ou desprazer. Sob esta perspectiva, dois conceitos foram criados: Topofilia e Topofobia, indicando experiências confortantes ou não, respectivamente.

Enfim, a dimensão fenomenológica na Geografia se expressa na idéia/conceito de Geograficidade que significa nossas experiências de vida em relação ao espaço e ao tempo. Assim, temos que Geograficidade é a nossa forma de se relacionar com as coisas e as pessoas que nos rodeiam. A Geograficidade é a dimensão espacial da experiência humana que se revela necessária desde o nosso nascimento. São as respostas que damos às nossas vivências Sua complexidade e seu domínio tendem a se ampliar com o tempo. Tempo, por sua vez, constitui a referência a um transcurso, o da nossa existência. Tempo diz respeito à idéia de identificação de passado, presente e futuro em relação a alguém, ou seja, ao sujeito geográfico. A noção de tempo e de espaço, portanto, não existem *a priori*, constituem o sentido dado à nossa existência e, a partir dela, o sentido dado à construção da natureza e da cultura.

A tendência Humanista na Geografia se propaga na mesma época da Geografia Quantitativa. Nessa época os geógrafos radicais vinculavam a visão fenomenológica com a Psicologia do Comportamento e atribuíam aos seguidores desta perspectiva severas críticas. Entre elas temos a visão de que esta Geografia é uma distração ou um tumulto contra-revolucionário, embora as críticas de A. C. da Silva (1991) a percebia como uma dimensão analítica a ser considerada. Não obstante, durante os anos 90 a Geografia Humanista adquire maior amplitude e constitui hoje uma tendência expressiva que se distancia, em parte, da Fenomenologia Clássica e se aproxima do existencialismo, do marxismo e /ou se amplia numa visão que incorpora a cultura, as representações e seus significados. Nessa perspectiva encaminha a leitura geográfica para uma compreensão Hermenêutica, onde o que se busca é compreender, interpretar o sentido do vivido a partir dos significados

criados, construídos e, por conseqüência, materializados no espaço geográfico. Sob esta ótica o conceito de paisagem assume um sentido mais abrangente, trata-se de um texto (uma produção humana), cujo significado e sentido diz respeito à construção cultural. Valoriza-se a descrição e a diferença. Torna a Geografia a refletir sobre os espaços únicos e/ou diferenciados e seus significados. Resgata-se a leitura dos clássicos e visualizam-se em métodos do passado elementos da busca do moderno. O qualitativo assume o centro da análise, o interesse é o homem e as mulheres na dimensão de vida cotidiana. Não necessariamente esta perspectiva apenas contempla o mundo e decifra seus significados. Geógrafos Humanistas atuam na transformação do mundo de forma distinta, na medida em que concebem a possibilidade de mudança a partir de práticas e ou atividades dialógicas, ou seja, onde a descoberta do mundo se faz através do diálogo com os outros no e com o ambiente (entendido como entorno e centro de significado). A Geografia não é, portanto, neste contexto, apenas decifração, mas é também, sobretudo, um meio de transformação. A radicalidade desta tendência, quando comparada à concepção geográfica Neopositivista, cujo objetivo é obter explicações gerais sobre o espaço geográfico, aparece na seguinte expressão Geografia é uma interpretação, existem muitas geografias conforme for a vivência dos lugares, paisagens, espaços. Existem, portanto, muitas vivências, muitas possibilidades, o espaço transforma-se conforme se transformam a consciência, nossas ações e, portanto, nossas vivências.

6. Geografia e Pós-Modernidade

Antes é preciso dizer que este texto constitui a primeira parte de um texto mais amplo escrito anteriormente e no aguardo da publicação. Decidiu-se incluir esta parte, pois Geografia e Pós-Modernidade correspondem a um dos temas em discussão na disciplina de Epistemologia e, na origem, foi escrito com esse propósito.

Neste, o objetivo é contextualizar o mundo e suas transformações desde os anos 70 do século passado. Busca se, na análise deste período, elementos indicativos das atuais mudanças na ciência e na Geografia. Pego de empréstimo o termo Pós-Modernidade para denominar este período. Não é intenção discutir este conceito, sua propriedade ou não para explicitar o conjunto dos acontecimentos que vêm se efetuando nesse período histórico, cujo marco para alguns corresponde aos anos 70 do século XX. Digo isto, porque eu própria não tenho plena convicção sobre o sentido do que seja Pós-moderno. Minha intenção é indicar uma mudança e, com esta mudança,

a possibilidade que se coloca para a Ciência, em particular, de efetuar múltiplas leituras, e que estas múltiplas leituras, também se abrem à Geografia, favorecendo a emergência de novos temas. Estas Geografias que se configuram e que já foram denominadas de Geografias Pós-modernas (SOJA, 1993), em particular aquelas que derivam da Teoria Social Crítica, ao contrário de uma visão contemplativa, demandam uma reflexão/ação sobre o espaço geográfico.

6.1. Pós-Modernidade e Geografia

Harvey (1993), ao discutir o tema Pós-Modernismo, informa que este é um conceito que não pode ser ignorado. Em seu texto, entre tantas perguntas que se faz destacam-se: o que é o Pós-Modernismo? Uma ruptura radical ao Modernismo? Um estilo? Uma comercialização e domesticação do Modernismo? A emergência de uma sociedade nova? Ou a lógica cultural do capitalismo avançado?

Este é um tema discutido sob diferentes dimensões, cultural, política, econômica, filosófica, administrativa, entre tantas outras. Podemos buscar o entendimento deste conceito sob diferentes enfoques. Assim, Pós-Modernismo pode ser entendido como uma prática que emana da cultura do consumo de massa enraizada na vida cotidiana nesta fase do capitalismo avançado (HARVEY, 1993). Ou, como entende Chauí (1992), um momento do capitalismo denominado Acumulação Flexível do Capital, quando pensado economicamente, e representado pelo Neoliberalismo, quando nos referimos à política.

O período denominado de Pós-Modernidade/Modernismo é datado nos anos 70. A partir desta década (Século XX), pode ser identificada uma fase histórica, a do Desmoronamento, conforme Hobsbawn (1995). Trata-se de um período onde temos uma crise da economia, com significativas transformações no mundo do trabalho e do processo produtivo, com o advento das novas tecnologias vinculadas ao desenvolvimento da ciência cibernética. Desmorona o estado de bem estar social; promove-se a construção das políticas do Estado Mínimo; a regulamentação anterior dá lugar à desregulamentação de direitos sociais, educação, saúde, habitação, de regras trabalhistas, de contratos de trabalho, de processos de produção... Dá-se lugar à flexibilização, ou seja, impõem-se regras brandas nos contratos, sejam eles de trabalho, ou de produção (leia-se: minimizam-se os encargos trabalhistas), promove-se a proliferação do trabalho autônomo, a terceirização (vide os programas *Gente que Faz*). Golpeiam-se os

movimentos sindicais, propõe-se a livre negociação entre empregadores e empregados. Promove-se a exclusão na medida em que diminuem os postos de trabalho públicos e privados, amplia-se a demanda por emprego, aumenta-se a disponibilidade de mão de obra num mundo onde poucas são as economias que crescem. Neste contexto o trabalho se torna informal.

Este momento é também estudado por Santos (1997, 2000) que o denominou de Período Técnico Científico Informacional. Trata-se de um momento onde o advento de novas tecnologias impulsionadas pela ciência, demandadas dos grandes centros de investigação e/ou corporações, impõe novas formas de produzir e consumir. A tecnociência constitui-se na força produtiva e seus produtos impõem mudanças radicais não só nas concepções de tempo e espaço que deram suporte à Modernidade, mas impõem mudanças significativas na vida cotidiana. São estas mudanças associadas a outras questões emergentes no mesmo período, como a crise do petróleo, a questão ambiental, a qualidade de vida, que vão promover o Desmoronamento (A crise).

No que se refere à esfera da cultura, os exemplos mais característicos desse momento histórico dizem respeito a novas formas de pensar e viver. Assim, conforme expõe Harvey (1993, p.45) na Arquitetura, o “(...) projeto é construir para as pessoas e não para o homem”, ou seja, há a possibilidade do “toque” individual nas construções coletivas, enquanto o planejamento urbano enfatiza a revitalização urbana. Donde os exemplos mais significativos são os de revitalização dos centros das cidades com a reconstituição de prédios históricos e a transformação de suas funções, por vezes comerciais ou bancárias, em centros culturais e/ou museus. A paisagem se revitaliza incorporando e redirecionando a funcionalidade de prédios antigos. Trata-se de novas formas de valorização do espaço, do patrimônio.

Filosoficamente, o período pós-moderno se expressa pela descrença na concepção de tempo (SOJA, 1993; RODRIGUES, 1994; SANTOS, 1997) que funda a Modernidade, o tempo longo, a valorização da história e da idéia de progresso. Uma das grandes críticas dos pós-modernistas é a perspectiva de encontro com a “felicidade” sempre no futuro. As gerações construídas neste contexto tinham fé no desenvolvimento, no progresso, na abundância com o tempo dedicado ao trabalho, com o enriquecimento ao longo da vida, assim como também acreditavam nos ditos mais populares que projetavam a melhora de nossos males sempre para o futuro, sejam os males do amor, da morte ou da saúde (quando casar sara, não há mal que sempre dure, só o tempo cura a dor do amor, entre outros). Esta dimensão diz respeito ou

interessa à Geografia na medida em que, para muitos autores, a crença de que a solução está no futuro, no progresso, gerou não só uma desvalorização do espaço (lugar), como a sua deterioração em termos de recursos e qualidade de vida.

Neste sentido, este momento resgata uma discussão de interesse, trata-se da valorização do espaço não só na perspectiva econômica, enquanto portador de recursos, mas também como o lugar da existência. Esta valorização do lugar está em parte associada à idéia de diferença. Considerando que a Pós-Modernidade também questiona as explicações totalizantes, os planejamentos centralizados, as verdades eternas e universais e valoriza a pluralidade do poder discursivo, o jogo de linguagem onde cada um ou cada grupo pode gerar, a partir de seu lugar, distintos códigos e sentidos, valoriza, também, a singularidade do lugar. Abrem-se com esta perspectiva novos campos à Geografia, estes são expressos pela Geografia dos lugares dos homens e mulheres (que vivem este momento), a Geografia das percepções e/ou das representações, a Geografia das manifestações culturais derivadas da expressão das diferenças, das identidades, das territorialidades.

A valorização da qualidade de vida promove a emergência da discussão ambiental. Perpassa essa discussão, não só a necessidade de preservação na natureza como recurso, mas também a valorização da natureza como patrimônio, assim como a discussão/proposição das formas de uso/preservação. Esta temática promove no âmbito científico uma releitura dos conceitos de natureza e sociedade. Encaminha-se esse debate para uma compreensão da necessidade de articulação, de conjunção conceitual dessas categorias, considerando que no mundo atual (e real) o híbrido é uma realidade (LATOURET, 1994).

A Geografia desempenha papel fundamental nesta construção, na medida em que, historicamente, colocou-se como ciência de interface entre natureza e sociedade. A temática ambiental, seja na perspectiva da construção do conhecimento, seja na perspectiva pragmática de elaboração de diagnósticos e monitoramentos com vistas à gestão territorial, está na pauta dos geógrafos, portanto, desde os anos 70.

A partir do que está colocado, expomos algumas referências sobre a Geografia construída nestes últimos anos, no sentido de demonstrar sua tendência e pluralidade. Estes exemplos são extraídos de um único livro que se originou a partir de um Colóquio sobre Epistemologia da Geografia, organizado pelo Curso de Pós-graduação de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Outras referências podem ser encontradas em

diferentes obras, a exemplo da discussão sobre a cidade e o espaço, tomada sob perspectivas distintas e registradas na obra de Damiani, Carlos e Seabra (1999).

Para Claval (2002, p. 39-40), é possível observar, mais recentemente, duas geografias: a naturalista funcionalista (sistemismo) e a cultural. A primeira *“busca a compreensão das evoluções complexas dos equilíbrios/desequilíbrios naturais”*. A Segunda busca compreender a *“ressurreição dos lugares, as transformações dos territórios e os problemas das identidades nas sociedades multiculturais de um mundo globalizado”*. Aprofunda a busca de entendimento do sentimento de identidade, os fundamentalismos, o progresso das seitas e religiões, a preservação do patrimônio. Segundo Rosendahl (2002), constituem parte do temário da Geografia Humana, em particular no contexto da Geografia da religião, estudos como fé, espaço e tempo, difusão, abrangência, centros de convergência e irradiação, religião, território e territorialidade, espaço e lugar sagrado, vivência, percepção e simbolismo.

Sob uma outra visão, Moreira (2002, p. 56) em artigo apresentado em Mendonça e Kozel (2002) informa que o momento atual exige transformações.

“A passagem da centralidade fabril para a sociedade da poliformia do valor e do trabalho, dissolvendo a centralidade como fundamento na viscosidade fluida das relações em rede, está relacionada à emergência do híbrido e da diferença”.

“Não mais servem os registros puros de Geografia Física diante da natureza hibridamente socializada diante de uma cultura técnica que tem que dar conta do metabolismo reconsiderado. Também não servem os de uma Geografia Humana pura. Não serve mais a velha cartografia” (MOREIRA, 2002, p. 59).

Na expressão de Mendonça (2002, p. 140),

“O objeto do estudo da Geografia sócio-ambiental construído contemporâneo da interação natureza e a sociedade, não pode ser concebido como derivador de uma realidade onde seus dois componentes sejam enfocados de maneira estanque e independente, pois a relação dialética entre eles dá sustentação ao objeto”.

Na visão de Cassetti (2002, p. 159),

“o espaço geográfico pode ser entendido como as relações processuais que explicam a materialidade da paisagem. Partindo do princípio de que Physis é a totalidade de tudo, podendo se atribuir o mesmo entendimento ao conceito de natureza ontológica preconizado por

Engels, pode-se atribuir ao conceito de espaço geográfico a mesma perspectiva totalizante que expressa a unidade do real”.

Esta unidade do real se explicita de diferentes formas. Para Livia de Oliveira (2002, p. 195), *“haverá sempre entre os geógrafos uma preocupação com o científico, o pragmático e o laboratorial (...) as atitudes e os valores sempre vão atribuir importância aos dados quantitativos, ao uso de computador, ao mapeamento digital. Mas devem ser acrescentados os estudos qualitativos, a atenção às respostas individuais e grupais das pessoas”*. Para ela (*Ibidem*, p. 195) *“talvez o mais relevante é considerar a afetividade humana para com a natureza e a sociedade, considerar a ética, os direitos naturais e humanos, (...) a diversidade que no fundo é que dão as cores, odores, sabores e maciez ou aspereza a toda paisagem”*.

Esta perspectiva de que nos fala Livia de Oliveira, é vista por Kozel (2002, p. 227) como *“a relação complexa existente entre o real, o imaginário e o social no sentido das representações”* freqüentemente explicitada nas análises geográficas. Assim, para trabalhar ao nível da individualidade é necessário compreender a subjetividade dos atores. Isto, para a autora (*Ibidem*, p. 228), *“passa principalmente pelo estudo das representações do mundo construído por eles”*.

Neste contexto de mudanças, cabe resgatar o trabalho de Tarifa (2002) sistematizado em tese de livre docência defendida na USP. Neste, o autor trabalha a dinâmica climática a partir da concepção de espaço produzido, define para os maciços litorâneos da Juréia Itatins, os ritmos e os climas da natureza. Este faz um contraponto com a sua experiência de análise dos climas urbanos, cuja reflexão se encontra em Tarifa e Azevedo (2001).

Estas falas/escritas expostas anteriormente revelam um pouco das tendências das geografias pós-modernas. Lembramos para fins didáticos que a Geografia Crítica fundamentava-se filosoficamente numa visão dialética (contradição e movimento) e embasava suas análises e interpretações tomando como referência o Materialismo Histórico como teoria crítica da sociedade capitalista. Assumia o conceito de Práxis como instrumento de compreensão unificada do conhecimento e da ação. Concebia a explicação do mundo a partir de uma meta teoria (o Marxismo).

Segundo Claval (2002, p. 40), *“o aprofundamento contemporâneo das reflexões sobre Epistemologia da Geografia e a aparição de um paradigma cultural se explicam pela dinâmica recente do pensamento crítico”*. No âmbito deste pensamento crítico é fundamental lembrar a discussão sobre o papel do espaço na construção da teoria Social Crítica, representada desde os

anos 80 por Lefebvre, Castells e Harvey, discutidas amplamente por Soja (1993), Milton Santos (1997) e Damiani, Carlos e Seabra (1999).

As geografias pós-modernas são as expressões desse movimento, fundamentam-se numa filosofia plurifacetada, contraditória e dialógica. Compreendem o mundo como expressão do movimento, onde é retomada a discussão sempre latente entre metafísica e dialética, ordem/manutenção e movimento/criação. Abre a possibilidade de múltiplas interpretações. Por essa razão convivemos com perspectivas analíticas Neomarxistas, com perspectivas Neopositivistas e com perspectivas Fenomenológicas/Hermenêuticas, agora, não se apresentando como únicas e verdadeiras, mas como visões que permitem, através de uma atitude dialógica, contribuir para a explicação/compreensão do mundo contemporâneo. As geografias atuais são múltiplas, adotam múltiplos métodos, constróem múltiplas visões/leituras, valorizam as singularidades, as identidades. Porém, a Geografia não se limita ao único, pois ao indicar a necessidade de uma análise em múltiplas escalas, concebe o local no global, o lugar no mundo, a parte no todo, o singular no plural, o único no múltiplo.

7. No espaço da liberdade a re(construção) da natureza: um ensaio sobre a relação Geografia, Ambiente e Anarquismo¹

Dilermando Cattaneo

“(...) longe de ser um ideal remoto, a sociedade anarquista tornou-se um pré-requisito para a prática dos princípios ecológicos” (BOOKCHIN, 1998, p. 351).

7.1. Introdução

Nas últimas décadas, temos assistido a uma série de transformações nas diversas formas de se entender os paradigmas que cercam a nossa vida. Estas transformações são vistas por muitos autores como uma ruptura a um modelo de sociedade, caracterizado fundamentalmente pelo pensar de uma ciência cartesiano-positivista, pelo produzir de um modo capital/estatal-centralista, pelo agir de uma ação objetiva-projetada e pelo contestar de uma crítica sindical-materialista. A este modelo de sociedade ocidental, inserido

¹ Trabalho apresentado na disciplina "Geografia e Ambiente", do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS, sob orientação da Prof^a. Dra. Dirce Suertegaray, em abril de 2002.

no espectro da modernidade, surge outro, formado a partir da crise de muitos dos paradigmas até então vigentes. A pós-modernidade, diagnóstico dado pelos autores para definir este novo modelo, aparece agora como um rótulo às "novas" formas de pensar, agir, produzir e contestar o mundo ocidental. A produção se torna flexível, o capital se expande e globaliza-se, os Estados têm o seu papel redefinido, as ações se tornam mais subjetivas, os projetos são mais presentes do que futuros, a ciência transpõe as barreiras disciplinares e a crítica passa da materialidade econômica à condição social.

A Geografia, enquanto ciência, não escapa a esta mudança de pontos de vista. Criou-se imbricada com o determinismo positivista e passou por diversas "fases" onde um ou outro paradigma era o dominante, haja vista os períodos neopositivista-teorético e dialético-marxista. Embora alguns geógrafos considerem este último período como sendo o momento de ruptura com a ciência moderna (devido à crise conjuntural dos anos 60/70), notamos que a análise materialista histórica remete, ainda, a um mundo onde as concepções são próprias da modernidade, como a questão do Estado centralizador, da contestação sindical e partidária e, especificamente na Geografia, do espaço como resultado de sua formação econômico-social. Ainda que a análise marxista do espaço tenha representado um grande avanço na evolução do pensamento geográfico, percebemos um certo esgotamento seu perante a conjuntura pós-moderna. O exame puramente materialista e histórico do espaço, assim como a ação sobre ele, não consegue abarcar a complexidade de fenômenos e condições que nele atuam. Fenômenos e condições que, mesmo não sendo novos, voltam à tona na pós-modernidade. Desse modo, a Geografia vive, agora sim, um período de transição paradigmática profunda.

Dentro desse espectro transicionista, percebemos, como sempre, uma grande diversidade de pensamentos e idéias. No campo das idéias que, de uma forma ou de outra, se contrapõem ao sistema vigente e desejam uma mudança mais ou menos radical da forma como a sociedade vive, encontramos a teoria anarquista ressurgindo com toda força em vários campos do saber e, principalmente, nos movimentos de contestação da ordem político-econômica global, vide os grupos de ação-direta anticapitalistas.

Entretanto, não convém analisar neste ensaio a ascensão do anarquismo (enquanto teoria política clássica) entre os diversos segmentos políticos que vislumbram e propõem uma sociedade livre da exploração e da opressão. Convém sim analisar a retomada da teoria anarquista no campo filosófico e científico, em especial na Geografia. Neste sentido, esse

ressurgir anarquista se faz de forma muito mais velada do que no campo da luta política. Não que esse campo de atuação da teoria anarquista exclua de seus objetivos ou deixe de vislumbrar uma revolução nos modos de vida e de organização social, mas que, fundamentalmente, não deixa claro, por seus autores, qual a filosofia política (tradicional) em que estão inseridos.

Esta análise é particularmente observável nas obras de alguns dos chamados autores pós-modernos. Ao romperem metodologicamente com o espectro da modernidade, abandonaram também os ideais políticos dominantes de sua época: o liberalismo e o marxismo. Rotulados de relativistas e acusados de defenderem um "caos voluntarista", estes autores resgatam, na verdade, uma forma contemporânea de anarquismo (MAY, 1995)². Entretanto, alguns autores declaram abertamente a busca de um anarquismo no campo epistemológico, onde destaca-se a obra de Paul Feyerabend (1989), que resgata a necessidade de um "pluralismo metodológico", utilizando muitas das teorias anarquistas clássicas e colocando-as à luz da análise epistemológica e da teoria e história do conhecimento. Por suas posições críticas à ciência convencional, dominada pelo método racional unitário e autoritário, Feyerabend chega a ser considerado um dos precursores da pós-modernidade na ciência, até porque foi um dos primeiros a mostrar a necessidade do rompimento de dicotomias tradicionais, fazendo a aproximação entre sujeito e objeto e, principalmente, entre mito e razão (COSTA GOMES, 2000).

A Geografia não poderia ficar indiferente a todo esse "despertar" do anarquismo na pós-modernidade. Entretanto, são poucos os trabalhos de geógrafos que vão ao encontro da anarquia, seja no campo prático-político, seja no campo filosófico-metodológico, embora a chamada "Geografia Pós-moderna" já tenha uma produção considerável. Mas a aproximação entre Geografia e anarquismo se dá muito mais pelo lado dos anarquistas do que pelo olhar dos geógrafos (exceção feita, é claro, aos geógrafos anarquistas da modernidade, tendo como ícones Reclus e Kropotkin). Este fato fica evidenciado quando se analisa a teoria anarquista em seus diversos vieses. Tanto o anarquismo clássico como o pós-moderno estão recheados de termos geográficos. Não que isso, por si só, confira a esta teoria um status de "geográfica", mas é a forte tendência à espacialização dos fenômenos que reflete a geograficidade da proposta anarquista. Assim, a (re)organização da

² A esse respeito, Todd MAY (1995) faz reflexões bem interessantes, ao relacionar a obra dos pós-estruturalistas franceses (Foucault, Deleuze, Guattari e Lyotard) com uma filosofia anarquista contemporânea (ou pós-moderna).

sociedade em comunas ou federações livres, para dar um exemplo de ideal dos anarquistas clássicos, pressupõe uma marcação (grafia) diferenciada do espaço, uma geo-grafia anárquica.

Na pós-modernidade, esta "apropriação" da Geografia pelo anarquismo é ainda mais forte. As tendências de organização sócio-espacial valorizando a diversidade local e individual em contraponto aos globalismos generalizantes, associadas à crise dos paradigmas da modernidade, fazem com que cresçam no pensamento libertário contemporâneo temas como identidade cultural e territorial, ambientalismo, organização regional, etc. Além disso, a retomada das lutas contra a ordem vigente pelo viés não-institucional, evidenciada pelo fortalecimento dos movimentos sociais e pela contestação mais profunda feita de fora dos partidos políticos, demonstra uma retomada da postura libertária, que busca uma outra forma de entender a complexidade do espaço geográfico, vislumbrando espaços que não necessariamente são forjados no modelo tradicional de Estado-nação ou que ao menos sejam pensados e gestados a partir "de baixo e de diversos pontos" (para usar uma velha máxima anarquista). Nesse sentido, o conceito de "autogestão", também um conceito anarquista clássico (embora muito usado por outras correntes), ganha força tanto no meio político como no meio acadêmico e mais uma vez pressupõe um elo de ligação com a Geografia, uma vez que a gestão do espaço, do território e do ambiente se faz presente no discurso geográfico contemporâneo. Assim, por que não falar de uma autogestão territorial e/ou ambiental, ou seja, uma gestão de espaços que se faça pelos indivíduos livre e autonomamente, sem a interferência de governos ou padrões? Embora esta perspectiva pareça um longo caminho a percorrer (e realmente o é), ao menos aponta para a necessidade de uma geografia (marcação do espaço) não mais feita "para" os de baixo, como propunham e ainda propõem muitos dos geógrafos críticos, mas sim uma geo-grafia feita "pelos" de baixo, e isso, no nosso entender, requer uma ruptura a certos modelos metodológicos e, mais que isso, requer o que temos chamado de "anarquia epistêmica".

7.2. Espaço e Anarquia

Embora tenhamos deixado subentendido que as abordagens anarquistas e libertárias constituem uma lacuna no pensamento geográfico moderno, não podemos deixar de destacar algumas contribuições que foram e são de suma importância para a construção de uma Geografia e uma geo-grafia de caráter anárquico.

As obras de Reclus e Kropotkin constituem uma espécie de marco na busca de uma Geografia contestatória. Inseridos num contexto onde o positivismo e sua abordagem evolucionista das sociedades dominavam o meio científico, e este mesmo meio científico, inclusive o da Geografia, estava a serviço da expansão do grande capital e da dominação de povos tidos como "inferiores" (e por isso passíveis de dominação), os anarquistas Reclus e Kropotkin simbolizaram, na Geografia, a alternativa a todo este contexto, embora representassem uma ruptura muito mais no plano político, já que no plano metodológico não conseguiram romper de fato com o método descritivo da Geografia clássica.

O russo Piotr Alexeievich Kropotkin é considerado um dos maiores expoentes teóricos do anarquismo. Suas contribuições como geógrafo, no entanto, não são tão bem consideradas como as de Reclus. Kropotkin, por assim dizer, foi muito mais anarquista que geógrafo. É claro que não dissociou completamente essas duas atuações, e por isso mesmo seus livros e panfletos contêm teorias que são de grande importância para o estudo do espaço. Como não é objetivo deste ensaio realizar uma análise geográfica da obra anarquista de Kropotkin (o que certamente daria um grande estudo), nos limitamos a referenciar que sua obra, entre outras concepções, contém uma idéia de natureza que já no início do século XX era diferente do pensamento dominante até hoje de oposição e dicotomia entre o Homem e a própria natureza. Nesse sentido, elaborou a teoria do apoio mútuo (título de um de seus livros), que veio a ser a primeira contestação à ideologia então crescente do "Darwinismo Social", que, baseado na teoria da origem e evolução das espécies de Charles Darwin, justificava a dominação dos mais ricos sobre os mais pobres, colocando a competição e conseqüentemente a dominação entre os homens como fator de evolução da sociedade. Kropotkin, então, demonstra que é justamente o apoio mútuo entre os indivíduos de mesma espécie, e não a competição entre eles, que gera a evolução. Essa idéia, além de ter se tornado uma das referências do anarquismo clássico, é retomada hoje, embora com uma nova roupagem, por alguns cientistas e intelectuais pós-modernos que filosofam sobre a natureza e a condição humana.

O francês Jean Jacques Élisée Reclus, com uma vasta obra sobre a Geografia mundial, é considerado um dos grandes geógrafos da modernidade. Também foi teórico e militante anarquista, embora suas contribuições sobre o anarquismo sejam muito menos conhecidas que as de Kropotkin. No entanto, em sua contribuição para a Geografia, seus anseios e concepções anarquistas ficam bem evidentes, principalmente na sua obra "O

Homem e a Terra". Reclus formulou teorias que o diferenciava de geógrafos clássicos como Ratzel e La Blache, e que hoje são retomadas por autores de dentro e fora da ciência geográfica. Também não analisaremos a obra e as concepções de Reclus, o que já foi feito com relativo sucesso por autores como ANDRADE (1985)³ e Béatrice Giblin. Cabe aqui apenas ressaltar que Reclus, mesmo estando num contexto onde a Geografia era usada para dominação dos povos (fato, aliás, denunciado por ele), formulou uma espécie de "*contra-geopolítica dos povos oprimidos em favor de sua libertação*" (ANDRADE, 1985, p. 8), mostrando seu caráter libertário. Além disso, em termos metodológicos, não aceitava a clássica dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana, preferindo ressaltar sua unidade em favor de uma "Geografia Social", colocando pioneiramente a Geografia como instrumento de transformação. Mas, no nosso entender, a maior contribuição de Reclus, principalmente para o estudo e a inter-relação da anarquia com o ambiente (isto sim o objetivo deste trabalho), é a sua formulação de que "o homem é a natureza adquirindo consciência de si própria", revelando também uma outra concepção da relação homem x natureza, que abre espaço para o rompimento com os métodos científicos presentes na modernidade.

Além de Reclus e Kropotkin, alguns outros geógrafos se interessaram por uma Geografia anarquista. Estes concentraram suas publicações principalmente na revista norte-americana Antipode, no auge da chamada "Geografia Radical", nos anos 70. Publicações sobre os pensamentos de Reclus e Kropotkin, é claro, se faziam presentes no periódico. Mas também havia textos anarquistas sobre ecologia, ambiente, urbanismo e geografia política. Entre os autores que mais contribuíram com os textos sobre Geografia e anarquismo estão Myrna Breitbart e Richard Peet. A maioria dos textos incorporava a dimensão anarquista não do ponto de vista metodológico (predominantemente materialista histórico), mas sim do ponto de vista de uma organização espacial e ambiental onde o anarquismo se fizesse presente, como se fez durante a Revolução Espanhola (1936-1939). Aliás, há muitos textos na Antipode dedicados à "paisagem anarquista" e à organização e gestão do espaço durante esse período, onde organizações

³ Para um estudo mais detalhado sobre Reclus, ver o livro/coletânea de textos realizado por Manuel Correia de ANDRADE, que contém, além dos textos, comentários e bibliografia sobre o autor.

como a C.N.T e a F.A.I.⁴ impulsionaram coletividades que fizeram frente ao fascismo do General Franco. Muitas cidades espanholas, nesse período de guerra civil, ficaram sem o domínio governamental e eram controladas por grupos de trabalhadores que aplicaram a autogestão em várias dimensões de sua vida política e econômica, principalmente nas fábricas, no comércio e no meio rural.

Experiências de gestão do espaço em uma sociedade anarquista, ou ao menos sem governo, se fizeram presentes não só na Espanha durante a revolução, mas principalmente em inúmeras comunidades isoladas e espalhadas pelo mundo, principalmente na Europa (a mais famosa e grandiosa em extensão foi a Comuna de Paris). No entanto, a gestão anárquica do espaço geográfico sempre foi pouco analisada e até mesmo proposta, se comparada com outras teorias políticas e filosóficas. Murray Bookchin, que já escreveu para a Antipode, pode ser considerado um dos anarquistas da atualidade que mais trata do assunto. Bookchin, analisando a organização espacial contemporânea, dominada pelas grandes metrópoles e organizações que se voltam para escalas maiores de relações sociais e pessoais, faz uma crítica a esse modelo, dizendo que a modernidade se caracteriza pela degradação do conceito de cidade (*civitas*, corpo político de cidadãos livres) em urbe (conjunto de edifícios, praças, o corpo físico da cidade). Nesse sentido, a cidade não é mais o espaço da política feita pelos cidadãos, mas o espaço onde seus habitantes deixam de ser povo para ser "massa", já que sua única função é eleger deputados e governantes (BOOKCHIN, 1999). Assim, Bookchin propõe o que chama de "municipalismo libertário", onde a idéia principal é a busca de uma organização espacial (que ele chama de município) onde o espaço cívico (de deliberação política) possa se dar de forma ética e autogestionária, buscando a democracia direta através de assembleias dos moradores. Isto requer organizações sócio-espaciais de menor escala, como o bairro ou a cidade, que tenham caráter de decisão política plena, sem interferência de Estados.

7.3. Ambiente e Anarquia

A ligação entre a questão ambiental e a teoria anarquista é recente, mas está presente desde o surgimento do chamado movimento ecológico. Isto porque este movimento está associado aos movimentos de contra-cultura

⁴ Respectivamente, Confederação Nacional do Trabalho e Federação Anarquista Ibérica.

originados no final dos anos 60, onde a rebeldia à ordem vigente passou da crítica ao modo de produção (capitalismo) à crítica ao modo de vida (onde despontam também o movimento feminista, negro, homossexual, etc.). Percebe-se aqui que o marxismo já não domina o conjunto de soluções propostas para os problemas então vigentes, abrindo espaço para outras concepções, como o anarquismo. Todos os questionamentos dessa época (e também os posteriores) tiveram forte influência do famoso "maio de 68" parisiense. Contudo, o movimento ecológico (mais tarde denominado ambientalista) teve sua mais forte influência com os rebeldes norte-americanos, que por sua vez foram muito influenciados por um anarquista chamado Henry Thoreau. Thoreau escreveu "Walden - ou A vida no bosque", livro que conta suas experiências de se afastar das desventuras da vida moderna e ir morar isolado no bosque de Walden Pool, levando uma vida simples e em sintonia com a natureza. Tal livro serviu de inspiração para que se formassem inúmeras comunidades hippies, que tinham o mesmo propósito de Thoreau. Além disso, Thoreau também deu forma ao ensaio sobre "desobediência civil", conceito-chave do anarquismo contemporâneo que foi usado por rebeldes em todo mundo e acima de tudo pelo líder hindu Gandhi.

Atualmente, porém, a questão ambiental tem se tornado quase que exclusivamente técnica e institucional, e o Estado e seus órgãos aparecem como os responsáveis pela solução dos problemas oriundos da relação homem x meio e, mais que isso, aparecem como os "interlocutores" da natureza. Essa institucionalização da questão ambiental, que acaba por gerar uma espécie de "tecnocracia ambiental", onde os técnicos têm um poder que lhes é delegado pelo Estado para planejar e gerir o ambiente "como bem o entendem", leva a uma série de conflitos e questionamentos entre todos os interessados à questão (principalmente moradores de áreas naturais protegidas). Enfim, há uma série de críticas de como vem sendo feito na prática o tratamento da questão ambiental, principalmente no plano político (material). Entretanto, esses questionamentos não são somente de ordem política, uma vez que o Estado e as instituições, além de se apoderarem do "agir ambiental", se apoderaram também dos conceitos ligados à natureza e ao ambiente, buscando também uma dominação sobre o "saber ambiental". Essa análise abre espaço para um questionamento de ordem filosófica, menos material e mais subjetiva, do modo como a sociedade se relaciona com a natureza.

É nesse questionamento mais filosófico que se busca uma "solução" à problemática ambiental que não venha do Estado, da tecnocracia, de forma

autoritária e centralizadora, mas que venha de baixo, de diversos pontos, de forma livre e descentralizadora. Nesse sentido, percebemos que a análise marxista mais uma vez apresenta limitações, não somente de ordem política, mas fundamentalmente de ordem epistêmica, já que pressupõe a adoção de um único método científico (o materialismo histórico) para a resolução dos problemas ambientais, o que não rompe com a filosofia política presente nos discursos tecnocratas atuais, onde o homem (sociedade, cultura) se opõe à natureza.

O anarquista Murray Bookchin, já citado neste texto, é um dos principais teóricos da aproximação da teoria anarquista com a questão ambiental. Bookchin chega mesmo a afirmar que "*longe de ser um ideal remoto, a sociedade anarquista tornou-se um pré-requisito para a prática dos princípios ecológicos*" (BOOKCHIN, 1998, p. 351). Isto porque a diversidade presente na teoria anarquista como proposta de organização social, é a mesma diversidade capaz de manter a biodiversidade e outros princípios tidos como ecológicos. A reivindicação das diferenças (outro símbolo da anarquia) é, assim, uma necessidade para se manter uma relação mais harmoniosa do homem com seu meio.

7.4. Considerações Finais

Embora tenham sido levantados aqui alguns apontamentos sobre a necessidade da anarquia como um pressuposto à resolução da questão ambiental, queremos deixar claro algumas considerações. O termo anarquia, e não anarquismo, por exemplo, reflete a opção por uma concepção filosófica de vida, um termo mais amplo, e não um modelo ou sistema político que aparece nas teorias dos anarquistas clássicos.

Aliás, é justamente na concepção filosófica-científica que se encontra uma luz ou caminho a seguir na busca de uma outra relação da sociedade com a natureza. Esse caminho, que chamamos de filosófico-científico, em oposição ao prático-político-concreto, na verdade diz respeito a questão metodológica e epistemológica. Não que as práticas políticas na busca de uma organização anárquica do espaço devam ser desconsideradas, ao contrário, já mostramos nesse ensaio o quanto elas foram e são importantes. Mas queremos dizer que a busca desse caminho pressupõe uma forma diferente de pensar o espaço e, também, o ambiente e a natureza. Essa forma diferente de pensar é que, em nosso entender, pode ser anárquica, abrindo caminho para a já referida anarquia epistêmica, onde a ciência busque a pluralidade de métodos, o que, por sua vez, abre caminho para se entender o

homem como sendo também natureza, e assim possa agir de acordo com sua natureza, livre e autonomamente. Tudo isso requer, enfim, a busca de uma outra matriz de pensamento, mais anárquica, onde a razão cartesiana não governe o saber nem dê subsídios para dominação do homem pelo homem.

8. Conceitos Geográficos: concepções e significados

Este texto foi escrito a partir de um conjunto de fragmentos, extraídos de outro texto escrito por mim, denominado “Espaço Geográfico Uno Múltiplo”, acrescido de considerações sobre o conceito de região e da categoria natureza. Constituiu roteiro de duas falas, a primeira na UNESP - Rio Claro (2003) e a segunda na UFSC (2004). Considero importante acrescentá-lo neste caderno, embora possa ser repetitivo, dado o caráter didático desta publicação.

Para iniciar, diria que partilho da idéia de que o espaço geográfico constitui o conceito balizador da Geografia. A formulação deste conceito apresentou e apresenta ainda hoje variadas concepções.

O que importa é que os geógrafos conceberam, na construção da Geografia, uma análise de conjunção do natural e do humano, transformando o espaço geográfico em um conceito que expressa a articulação Natureza e Sociedade, ou seja, constituíram um objeto de interface entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Parto do seguinte pressuposto: a expressão do geográfico encontra-se representada no conceito de espaço geográfico. Para exemplificar, tomo o conceito de espaço geográfico formulado por Milton Santos (1997, p. 51):

“Espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina”.

Este conceito expressa a articulação entre natureza e sociedade. Agora cabe perguntar: *a que natureza se refere o autor?*

Trata-se, neste caso, de uma concepção de natureza denominada de natureza artificial ou tecnificada. Para Milton Santos (*Ibidem*), o período atual, período “Técnico Científico Informacional”, não nos permite pensar a natureza como primariamente natural, ou melhor, como decorrente de processos que advêm exclusivamente de sua auto-organização.

A presença do homem concretamente como ser natural e, ao mesmo tempo, como alguém oposto à natureza, promoveu/promove profundas transformações na natureza em si e na sua própria natureza. Isto exige uma reflexão efetiva sobre o que é natureza hoje. Algumas proposições encaminham à discussão. Como já indicado anteriormente, Milton Santos (*Ibidem*) qualifica a natureza denominando-a de natureza artificial ou tecnificada ou, ainda, natureza instrumental. Isto porque a técnica no seu estágio atual permite a intervenção, não só nas formas, como nos processos naturais. Alguns exemplos cabem para melhor ilustrar: a intervenção que ocorre no ciclo circadiano (ritmo biológico) de maneira generalizada, seja entre os homens, onde a necessidade do relógio na vida diária constitui um exemplo expressivo, seja entre os animais e vegetais através da aceleração nos processos de produção e reprodução destes para o consumo humano. Além deste exemplo, cabe registrar a constituição de sementes transgênicas, assim como a transmutação de animais (ovelha Dolly), entre tantos outros mais comumente lembrados, o efeito estufa e a camada de ozônio (na Climatologia), as águas superficiais contaminadas (na Hidrologia) e os depósitos tecnogênicos (na Geomorfologia/Geologia). Tratar-se-ia a natureza, nesta circunstância, não mais como uma dimensão de interface com a sociedade, mas como uma dimensão de transmutação/transfiguração.

O termo transfiguração aqui adotado é entendido conforme apresenta Maffesoli (1995, p. 135) “(...) é a passagem de uma figura para a outra. Além disso, ela é de uma certa maneira, mesmo que mínima, próxima da possessão”. “Assim, uma natureza possuída pelo homem transfigura-se, adquire uma outra dimensão” (SUERTEGARAY, 2000, p. 30).

Importa lembrar que a concepção de natureza que norteou/norteia os estudos da Geografia derivam de concepções de mundo diferenciadas, inclusive sob uma mesma cultura. Um exemplo é a cultura ocidental, que no âmbito da filosofia e das ciências, a concebe como externa ao homem, como natureza em si, produzida a partir de um projeto alicerçado na idéia de transcendência e/ou como resultado de uma auto-produção e alicerçada na contingência, portanto imanente. Mas, também foi/é pensada como natureza primordial, de onde se concebe tudo sendo natureza, aqui incluído o homem, por vezes, na sua dimensão biológica, por vezes, nas suas diferentes dimensões. Distinguindo-se da natureza, não os indivíduos biológicos, mas a sociedade. Nestas visões, a sociedade é imanente, mas nos ultrapassa infinitamente (transcendente). Nas duas visões a natureza e a sociedade são totalmente distintas e o trabalho de purificação não está relacionado com o trabalho de mediação (LATOURE, 1994).

Assim, se atentarmos para a concepção de natureza concebida por Milton Santos (1997) ou considerada como transfiguração conforme a defini, podemos perceber que, conforme Latour (1994), estamos decididos a dar uma representação para os quase objetos (ou seja, aos híbridos). Para tanto, precisamos suprimir, ao que chamou de terceira garantia da constituição moderna, a separação/distinção entre natureza e sociedade. Para o autor (*Ibidem*, p. 138) “*a natureza e a sociedade não são dois pólos distintos, mas antes uma mesma produção de sociedades-naturezas*”.

Esta concepção pode ser também percebida em Leff (2001, p. 221) quando, ao propor uma Epistemologia Ambiental, indica que “*a complexidade ambiental constrói-se e se apreende num processo dialógico, no intercâmbio de saberes, na hibridização da ciência, da tecnologia e dos saberes populares. É o reconhecimento da autoridade e dos sentidos culturais diferenciados, não apenas como ética, senão como ontologia do ser, plural e diverso*”. Acrescenta ainda que a “*compreensão da complexidade ambiental emerge por meio da desnaturalização da história ‘natural’(...) na medida em que esta história é uma história de intervenção do pensamento no mundo*” (*Ibidem*, p. 193). Portanto, uma construção cultural que, ao mesmo tempo em que funda concepções de natureza, exige, em diferentes momentos históricos, seu repensar, sua refundação, como condição necessária à interpretação e re-apropriação do mundo.

Cabe também perguntar sobre a concepção de tempo. Para Milton Santos (1997), o tempo é entendido como processo, não é um tempo linear determinado, considera que o mundo é um conjunto de possibilidades e a paisagem enquanto materialidade do espaço geográfico é uma acumulação desigual de tempo. Em sua construção, a história constitui o fundamento da explicação, na medida em que os processos se refundam e produzem tanto natureza, como espaço geográfico.

Para explicitar a compreensão que estou tendo de espaço geográfico utilizo-me da expressão uno e múltiplo. Considero que o espaço geográfico pode ser compreendido como uno e múltiplo, aberto a múltiplas conexões que se expressam através dos diferentes conceitos adotados pelos geógrafos em suas análises. Estes, ao mesmo tempo em que separam visões, também as unem.

Significa dizer que podemos ler o espaço através de conceitos que considero operacionais, na medida em que permitem focar o espaço geográfico sob uma perspectiva. Estes conceitos são, entre outros, paisagem, região, território, lugar, ambiente, redes.

Cada conceito expressa a possibilidade de diferentes leituras.

“Não obstante, o espaço geográfico é dinâmico. Sua dinâmica é representada pelo movimento, por exemplo, o girar do círculo (das cores). No movimento tem-se o branco (o espaço geográfico como presença das cores-multicores), no repouso tem-se a presença de cores, individualmente definidas, cada cor representa, em meu imaginário, um conceito, território (vermelho), região (amarelo), lugar (azul), ambiente (verde) etc. O disco em movimento, os giros expressam a idéia: um todo uno, múltiplo e complexo. Esta representação é elaborada no sentido de expressar a concepção de que: o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem, e/ou região, e/ou território, e/ou lugar, e/ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais. Paisagens contêm territórios e/ou regiões que contêm lugares que contêm ambientes valendo, para cada um, todas as conexões possíveis” (SUERTEGARAY, 2000, p. 31).

Em inúmeras obras geográficas, o conceito de espaço geográfico expressou-se ou expressa-se, e muitas vezes confunde-se, com os de paisagem, região, território, lugar. Penso poder estabelecer diferenças entre esses conceitos. A busca desta construção tornou-se, para mim, uma necessidade. É importante que cada um de nós tenhamos esclarecido os conceitos com os quais trabalhamos.

Cabe registrar que toda a construção conceitual é historicamente datada e diz respeito, nas suas variações, às diferentes concepções assumidas por nós geógrafos quando da leitura do espaço geográfico. Exemplos (os textos relativos aos conceitos, com exceção de região foram transcritos na íntegra de Espaço Geográfico Uno Múltiplo, Suertegaray, 2002).

8.1. Paisagem

“De uma perspectiva clássica, os geógrafos perceberam a paisagem como a expressão materializada das relações do homem com a natureza num espaço circunscrito. Para muitos, o limite da paisagem atrelava-se à possibilidade visual.

Não obstante, é importante frisar que geógrafos também consideraram paisagem para além da forma. Troll (1950), ao referir-se à paisagem, concebia-a como o conjunto das interações homem /meio. Tal conjunto, para o autor, apresentava-se sob dupla possibilidade de análise: a da forma (configuração) e da funcionalidade (interação de geofatores incluindo a economia e a cultura humana). Para ele, paisagem é algo além do visível, é resultado de um processo de articulação entre os elementos constituintes. Assim, a paisagem deveria

ser “estudada na sua morfologia, estrutura e divisão além da ecologia da paisagem, nível máximo de interação entre os diferentes elementos”. Esta análise, em sua visão, poderia ser de ordem exclusivamente natural (Paisagens Naturais) ou de ordem humana (Paisagens Culturais).

Bertrand (1968), ao propor o estudo de Geografia Física Global, pensou a paisagem como “resultado sobre uma certa porção do espaço, da combinação dinâmica e, portanto, instável dos elementos físicos, biológicos e antrópicos que interagindo dialeticamente uns sobre os outros fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em contínua evolução” (SUERTEGARAY, 2000, p. 20-21).

Contemporaneamente, Milton Santos (1997) concebe paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma. Neste sentido considera paisagem como um constituinte do espaço geográfico (sistema de objetos).

Para Milton Santos (*Ibidem*, p. 83) “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”. Ou ainda, “a paisagem se dá como conjunto de objetos reais concretos”.

Nesta perspectiva, diferencia paisagem de espaço: paisagem é “*transtemporal juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal juntando objetos. Espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Ou ainda, paisagem é um sistema material, nessa condição, relativamente imutável, espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente*” (*Ibidem*, p. 83).

De nosso ponto de vista, percebemos paisagem como um conceito operacional, ou seja, um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja a da conjunção de elementos naturais/tecnificados, sócio-econômicos e culturais. Ao optarmos pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, poderemos concebê-la enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização). Não necessariamente entendendo forma–funcionalidade como uma relação de causa e efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição/reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social. Neste sentido, a paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Nela poderão persistir elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza artificializada). O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifesta.

8.2. Território

Sob o conceito de território, tratamos o espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia o político ou a dominação/apropriação. Historicamente, o território na Geografia foi pensado, definido e delimitado a partir de relações de poder. No passado da Geografia, Ratzel (1982), ao tratar do território, vincula-o ao solo, enquanto espaço ocupado por uma determinada sociedade. A concepção clássica de território vincula-se ao domínio de uma determinada área, imprimindo uma perspectiva de análise centrada na identidade nacional. Para Ratzel (1982), no que se refere ao Estado, a Geografia Política está desde há muito tempo habituada a considerar junto ao tamanho da população, o tamanho do território. Continuando, a organização de uma sociedade depende estritamente da natureza de seu solo, de sua situação, o conhecimento da natureza física do país, suas vantagens e desvantagens pertencem à história política.

Heidrich (1998, p. 10-11), ao referir-se à constituição do território, nos diz

“A diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir da delimitação do mesmo, isto é; por sua apropriação como território; em parte determinado pela necessidade e posse de recursos naturais para a conquista das condições de sobrevivência, por outra parte, por sua ocupação física como habitat. Neste instante, na origem, a defesa territorial é exercida diretamente pelos membros da coletividade. Noutra extremo, como já ocorre desde a criação do Estado, quando há população fixada territorialmente e socialmente organizada para produção de riquezas, cada indivíduo não mantém mais uma relação de domínio direto e repartido com o restante da coletividade sobre o território que habita. Neste momento, a defesa territorial passa a ser realizada por uma configuração social voltada exclusivamente para a organização e manutenção do poder”.

Observa-se que, historicamente, a concepção de território associa-se à idéia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder.

Contemporaneamente, fala-se em complexidades territoriais, entendendo território como campo de forças, ou “teias ou redes de relações sociais”. Segundo Souza (1995, p. 86), não há hoje possibilidade de conceber “*uma superposição tão absoluta entre espaço concreto com seus atributos materiais e o território como campo de forças*”. Para este autor, “*territórios são no fundo relações sociais projetadas no espaço*” (Ibidem, p.

87). Por conseqüência, estes espaços concretos podem formar-se ou dissolver-se de modo muito rápido, podendo ter existência regular, porém periódica, podendo o substrato material permanecer o mesmo.

Em breves considerações, o que queremos frisar é a ótica analítica do conceito de território. Este norteou, na Geografia, perspectivas analíticas vinculadas à idéia de poder sobre um espaço e seus recursos; poder em escala nacional - o Estado-Nação. Mais recentemente, este conceito indica possibilidades analíticas que não deixam de privilegiar a idéia de dominação/apropriação⁵ de espaço. Esta flexibilização do conceito permite tratar de territorialidades como expressão da coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes. Trata-se de uma dimensão do espaço geográfico que desvincula as relações humanas e sociais da relação direta com a dimensão natural do espaço, extraindo deste conceito a necessidade direta de domínio, também dos recursos naturais, como expressa-se na concepção clássica de território. A natureza, enquanto recurso associado à idéia de território, já não é mais necessária. Nestas territorialidades, a apropriação se faz pelo domínio de território, não só para a produção, mas também para a circulação de uma mercadoria, a exemplo das territorialidades por vezes estudadas, como o território das drogas. Estas novas territorialidades apresentam-se como voláteis e constituem parte do tecido social, expressam uma realidade, mas não substituem, em nosso entender, a dominação política de territórios em escalas mais amplas. Devendo essas, para serem explicadas e não somente descritas, serem inseridas em espaços de dimensão relacional.

8.3. Lugar

O lugar é um outro conceito, de nosso ponto de vista, operacional em Geografia. Consistiria, a partir da Cartografia, a expressão do espaço geográfico na escala local; a dimensão pontual. Por muito tempo, a Geografia tratou o lugar nesta perspectiva e considerou-o como único e auto-explicável.

⁵ Chamamos a atenção sobre o conceito de apropriação, ele expressa uma concepção diferenciada do poder sobre o território, tratar-se-ia de um domínio, originalmente como condição necessária à sobrevivência. Hoje esta apropriação se faz sob os mais diferentes objetivos, muitas vezes de ordem cultural. Trata-se, conforme Heidrich (1998), em comunicação oral, uma discussão em aberto entre os teóricos da Constituição.

Recentemente, o lugar é resgatado na Geografia como conceito fundamental, passando a ser analisado de forma mais abrangente. Lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através “*de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições—cooperação e conflito são a base da vida em comum*” (SANTOS, 1997, p. 258).

Trata-se de um conceito que nos remete à reflexão de nossa relação com o mundo. Para Milton Santos (*Ibidem*) resgatando Serres (1990), esta relação era local-local agora é local-global.

O conceito de lugar induz a análise geográfica a uma outra dimensão - a da existência -, pois se refere a um tratamento geográfico do mundo vivido (SANTOS, 1997). Este tratamento vem assumindo diferentes dimensões. De um lado, o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento topofílico (experiências felizes) das quais se refere Yu-Fu Tuan (1974). De outro, o lugar pode ser lido através do conceito de geograficidade, termo que, segundo Relph (1979, p. 18), “*encerra todas as respostas e experiências que temos de ambientes na qual vivemos, antes de analisarmos e atribuírmos conceitos a essas experiências*”. Isto implica em compreender o lugar através de nossas necessidades existenciais quais sejam, localização, posição, mobilidade, interação com os objetos e/ou com as pessoas. Identifica-se esta perspectiva com a nossa corporeidade e, a partir dela, o nosso estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência.

Mas o lugar pode também ser trabalhado na perspectiva de um mundo vivido, que leve em conta outras dimensões do espaço geográfico, conforme se refere Milton Santos (1997), quais sejam os objetos, as ações, a técnica, o tempo.

É nesta perspectiva que Milton Santos (*Ibidem*, p. 258) se refere ao lugar, dizendo: “*no lugar nosso próximo se superpõe, dialeticamente ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo*”. Resulta daqui sua visão de mundo vivido local-global. Para o autor, o lugar expressa relações de ordem objetiva em articulação com relações subjetivas/intersubjetivas, relações verticais resultadas do poder hegemônico, imbricadas com relações horizontais de coexistência e resistência. Daí a força do lugar no contexto atual da Geografia.

8.4. Região

Da mesma forma que os demais conceitos, região apresenta-se como um conceito com inúmeras variantes. Na sua etimologia (latim) a palavra indica extensão e poder sobre uma área e foi compreendida ao longo da história sob diferentes enfoques: como sub-divisão de espaços, como espaços administrativos limitados e hierarquizados.

Na Geografia, este conceito assume diferentes perspectivas: concebida classicamente como a localização e extensão de um determinado fenômeno, foi aceita como região natural, ou seja, extensão e domínio de um fenômeno da natureza e/ou da conjunção desses fenômenos, ou ainda, quando do advento do possibilismo, como espaço de combinação de fatores resultantes da atividade humana na sua relação com a natureza. Enfim, a Geografia clássica concebeu região como síntese das relações entre homem e natureza, cabendo a Geografia estudar as diferenças regionais (sendo ela própria o objeto da Geografia), ou regionalizar (delimitar) espaços através da diferenciação dos fenômenos.

Nos anos pós Segunda Guerra, a crítica a esse conceito, no âmbito do movimento quantitativo, implicou numa nova concepção de região. Aqui, região passa ser um meio e não um fim (objeto); nesta concepção assume-se a noção de espaço como relativo, entende-se região como classe de área, hierarquia de área à maneira de Grigg (1974).

A Geografia Marxista vai reavaliar o conceito e vai pensar e analisar o espaço geográfico a partir de uma concepção de região que se define a partir de um contexto histórico e o associa a divisão territorial do trabalho. Região é, portanto, uma construção de espaço vinculado à divisão territorial do trabalho que advém da forma como, na contemporaneidade, sob a lógica do Modo de Produção Capitalista, se organiza o processo produtivo.

A concepção de região, mais recentemente, adquire significados múltiplos, incluindo a dimensão cultural. Nos últimos anos pode-se observar a possibilidade de região ser compreendida como proposição política sob um espaço, pode ser compreendida como expressão de uma forma de espacialização do trabalho, como também ser compreendida como espaço identitário para um determinado grupo social, que se consolida nos regionalismos e que se expressa pelo hibridismo do político, do econômico e do cultural, enquanto construção de representações que fortaleçam a identidade.

8.5. Ambiente

Em seu período inicial, referia-se à Geografia, não ao ambiente, mas ao meio (milieu). Para Bertrand (1982), o conceito de meio se define em relação a alguma coisa, portanto, está impregnado de um sentido ecológico. Aliata e Silvestri (1994), em capítulo referente à passagem do conceito de paisagem ao de ambiente, indicam que a idéia de ambiente ou meio apresenta raízes científicas. Para estes, a origem histórica desta noção está vinculada à Biologia, tendo sido introduzida nesta área de conhecimento pela mecânica Newtoniana. Em seu desenvolvimento histórico, no entanto, o conceito perde suas raízes (a de veículo mediando um objeto a outro) e assume a concepção “*de unidade de diversas manifestações entre si relacionadas, sistema, nos termos que o estruturalismo o redefiniu, organismo*” (Ibidem, p. 166).

Nesta perspectiva, o ambiente pode ser lido como algo externo ao homem, cuja preocupação seria estudar o funcionamento dos sistemas naturais. Ou, incluir o homem, neste caso “*em uma única esfera cuja chave principal de leitura está constituída por processos naturais*” (Ibidem, p. 167). Para estes autores, a idéia de ambiente elimina, por conseguinte “*toda a tensão, toda a contradição e, neste particular, a tensão essencial qual seja a de ser o homem sujeito. O único sujeito em um mundo oposto a ele*” (Ibidem, p. 167).

Ambiente, para os autores acima referidos, contrapõe-se à paisagem, embora esta também tenha se transformado no tempo, tendo sido apropriada por outras definições como meio, habitat e ecossistema, todas elas designando o mundo exterior ao homem. A paisagem concebida, neste contexto, como integração orgânica, tem na sua origem um diferencial. Este diferencial está na sua marca inicial, a arte. Assim, a paisagem, na visão do artista, acentua a tensão. “*Acentua, nas palavras de Adorno, essa profunda ferida com que o homem nasceu*” (Ibidem, p. 167).

Historicamente, temos também em relação à Geografia uma naturalização do homem, seja no conceito de paisagem, como no de ambiente. Entretanto, Gonçalves (1989), em sua crítica ao conceito de meio ambiente, propõe uma visão de ambiente por inteiro, ou seja, considerá-lo nas suas múltiplas facetas. Não sendo mais possível conceber ambiente como equivalente a natural. O ambiente por inteiro como se refere, implica em privilegiar o homem como sujeito das transformações, sem negar as tensões sob as mais diferentes dimensões.

Resta, no entanto, observar que na atualidade geógrafos compartilham de conceitos diferentes. A ótica ambiental, na perspectiva naturalista/naturalizante, ainda se auxilia de conceitos que não dimensionam a tensão sob as quais se originam os impactos, mas esta não tem sido a regra. Por conseguinte, podemos afirmar que a Geografia tem pensado o ambiente diferentemente da Ecologia; nele o homem se inclui não como ser naturalizado, mas como um ser social produto e produtor de várias tensões ambientais.

Para exemplificar o que expressei em minha fala apresento um texto, que é também uma descrição de um espaço geográfico. O texto *A Descoberta da Fome* de Josué de Castro sugere várias possibilidades de leitura.

“O fenômeno se revelou espontâneo a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues de Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejos. Seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: esse leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e a andar com caranguejos da lama e depois de terem bebido na infância este leite de lama, de serem enlambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues, de serem impregnado de seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar dessa crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos, com suas duras carapaças também enlambuzadas de lama.

Cedo me dei conta deste estranho mimetismo: os homens se assemelhando em tudo aos caranguejos para poderem sobreviver. Parados como caranguejos na beira da água ou caminhando para trás como caminham os caranguejos” (CASTRO, 1996, p. 23-24).

Ao analisarmos este texto podemos fazer sua leitura através dos vários conceitos, assim podemos nos perguntar: Como se dá essa construção amalgamada de homens e natureza expressa na relação entre solo, água, fauna, flora e seres humanos e “modo de vida”? A resposta a essa pergunta poderá partir da leitura desse espaço através do conceito de paisagem. Da mesma forma poderemos nos perguntar qual a relação de forças que se estabelecem internamente ao grupo de coletores de caranguejos e externamente, em relação a outros grupos e coletividades no sentido de manter esse espaço de apropriação? Neste caso, nossa reflexão deriva do conceito de território. Podemos ainda nos perguntar sobre qual o sentido

dados pelos coletores de caranguejo àquele espaço, o que significa para eles viver e coletar caranguejos, ou tentar desvendar qual as razões que emanam de uma formação/organização social mais ampla que induz este segmento social a viver neste espaço se sobrevivência e ao mesmo tempo exclusão. Nesta ótica, estaremos resgatando o conceito de lugar como centro de significados ou o conceito de lugar como condição objetiva de vida a partir de uma relação local-regional-nacional-global. Podemos, ainda, nos perguntar sobre as derivações/transformações que ocorrem na natureza e na natureza humana a partir deste modo de viver e coletar caranguejos. Estaríamos, neste caso, buscando decifrar a questão ambiental.

8.6. Considerações para finalizar

Em nosso entendimento, o espaço geográfico é uno e múltiplo, podendo ser constituída sua análise através de diferentes filtros (os conceitos). Considero-os operacionais na medida em que eles permitem a construção de caminhos analíticos. Isto porque cada um deles enfatiza uma dimensão da complexidade organizacional do espaço geográfico: o econômico/cultural (na paisagem), o político-administrativo/cultural (na região) o político estratégico (no território), a existência objetiva e subjetiva (no lugar) e a transfiguração da natureza no (ambiente), as conexões, os fluxos (em rede). Não obstante, nenhum deles prescinde das determinações expressas em uns e em outros.

Por outro lado, acreditamos que conceber esta como uma das possibilidades analíticas da Geografia, tende a nos permitir a diferença de enfoques, ao mesmo tempo em que nos articula pelas conexões derivadas da fronteira tênue entre cada um desses conceitos. As conexões que permeiam os conceitos que aqui denominamos operacionais, aproximam as nossas práticas geográficas, muito mais que nos dividem.

Eles (os conceitos), em meu entendimento, permitem fortalecer as mediações, perspectiva tão cara à Geografia. Estas mediações abandonadas pela ciência moderna, que segundo Latour (1994), buscou decifrar os objetos na sua pureza, estiveram sempre presentes, paradoxalmente, na construção geográfica; o que nos faz pensar parafraseando, o já citado autor, que jamais fomos modernos.

9. Referências bibliográficas

ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. 2ª ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982. 976p.

ALIATA, F.; SILVESTRI, G. El paisaje en el arte y las ciencias humanas. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, S. A., 1994. 182p.

ANDRADE, Manuel C. Élisée Reclus. Geografia. São Paulo: Ática, 1985. 200p.

BERTRAND, G. *Paisage y Geografia Física Global*. In: MENDOZA, J.G.; JIMINES, J. M.; CANTERO, N. O. (orgs.) El pensamiento geográfico. Estudio interpretativo y antologia de textos (de Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982.

BOOKCHIN, M. *Anarquismo e Ecologia*. In: WOODCOCK, G. (org.). Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 351-356.

BOOKCHIN, M. Municipalismo Libertário. São Paulo: Imaginário, 1999. 95p.

BUNGE, M. Epistemologia. São Paulo: EDUSP, 1980. 246p.

CASSETI, V. *A natureza e o espaço geográfico*. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 145-163.

CASTRO, J. (CASTRO, A. M. org.) Fome: um tema proibido. Os últimos Escritos de Josué de Castro. Recife: Companhia Editora Pernambuco, 1996. 326p.

CHAUÍ, M. *Pós-modernismo, modernismo e marxismo*. In: CASTORIADIS, C.; ROUANET, S. P.; CHAUÍ, M.; TORRES, J. C. B.; ROSENFELD, D. A Criação Histórica. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992. p. 26-35

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1996. 440p.

CLAVAL, P. *A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia*. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 11-43.

COMTE, A. *Curso de Filosofia Positiva*. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1973. p. 9-11

COSTA GOMES, P. C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 366p.

DAMIANI, A.; CARLOS, A. F.; SEABRA, O. C. de L. O Espaço no Fim do Século: a nova realidade. São Paulo: Editora Contexto, 1999. 220p.

DESCARTES, R. Discurso Sobre o Método. São Paulo: Hermus Editora Ltda, s/ data. 136p.

FEYERABEND, P. Contra o Método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 487p.

GONÇALVES, C. W. P. Os (Des)caminhos do Meio Ambiente. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

GREGORY, D. Ideologia, Ciência y Geografia Humana. Espanha: Oikos-tau S.A. Ediciones Barcelona, 1984. 300p.

GRIGG. *Regiões, Modelos e Classes*. In: CHORLEY e HAGGATT (orgs). Modelos Integrados em Geografia. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos Editora S.A. e editora da universidade de São Paulo, 1974. p. 23-66.

HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1980. 291p.

HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993. 349p.

HEIDRICH, A. *Fundamentos da Formação do Território Moderno*. Boletim Gaúcho de Geografia, nº 23, AGB - Seção Porto Alegre, Porto Alegre, 1998. p. 9-22.

HOBSBAWM, E. Era dos Extremos. O breve Século XX, 1914 – 1991. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 597p.

KONDER, L. O Que é Dialética. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 87p.

KOZEL, S. *As representações no geográfico*. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 215-232.

LACOSTE, Y. A Geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra. São Paulo: Editora Papyrus, 1985. 263p.

- LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 149p.
- LEFF, H. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. 240p.
- MAFFESOLI, M. A. *Contemplanção do Mundo*. Porto Alegre: Ed. Artes e Ofícios, 1995. 168p.
- MAY, T. *Pós-estruturalismo e Anarquismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1995. 40p.
- MENDONÇA, F. *Geografia socioambiental*. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 121-144.
- MONTEIRO, C. A. F. *A Travessia da Crise (Tendências Atuais na Geografia)*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, ano 50, número especial, tomo 2, p. 127-150, 1988.
- MORIN, E. *Introdução ao Pensamento Complexo*. São Paulo: Instituto Piaget. 2ª Ed., 1990. 177p.
- MOREIRA, R. *Repensando a Geografia*. In: SANTOS, M. *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 35-49.
- MOREIRA, R. *Velhos temas, novas formas*. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 47-62.
- OLIVEIRA, L. de. *Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia*. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org). *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 189-196.
- QUAINI, M. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979. 155p.
- RATZEL, F. *El Territorio, la sociedad y el estado*. In: MENDOZA, J. G.; JIMENEZ, J. M.; CANTERO, N. O. (orgs). *El pensamiento geográfico. Estudio Interpretativo y Antología de Textos (De Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- RELPH, E. C. *As bases Fenomenológicas da Geografia*. Rev. Geografia, Rio Claro, vol. 4, nº 7, p. 1-25, 1979.

RODRIGUES, A. M. *A Questão Ambiental e a (Re)descoberta do Espaço: uma nova relação sociedade/natureza?* Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 73, p. 35-72, 1994.

ROSENDAHL, Z. *Uma proposição temática*. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 197-214.

SANTOS, M. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978. 236p.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2º Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. 308p.

SANTOS, M. *Território e Sociedade*. Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SCHAEFER, F. K. *O Excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico*. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, AGETEO, vol. 7, nº 13, p. 6-37, 1953.

SERRES, M. *O Contrato Natural*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990. 142p.

SOUZA, M. J. L. de. *O território; sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA. R. L. (orgs). *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. S. A., 1995. p. 77-116.

SILVA, A. C. da. *Geografia e Lugar Social*. São Paulo: Editora Contexto, 1991. 144p.

SUERTEGARAY, D. M. A. *Espaço Geográfico Uno Múltiplo*. In: Ambiente e Lugar no Urbano. SURTEGARAY, D. M. A, VERDUM, R.; BASSO, L. A. (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 13-34.

SOJA, E. W. *Geografias Pós-Modernas. A Reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 324p.

TARIFA, J. R. *Os climas nos maciços litorâneos da Juréia-Itatins: um ensaio de ritmanálise*. 2002. 477 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Laboratório de Climatologia e Biogeografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TARIFA, J. R.; TARIK, R. de A. (orgs.) Os Climas na Cidade de São Paulo. Teoria e Prática. São Paulo: Pró-reitoria de Cultura e Extensão. Universidade de São Paulo: Laboratório de Climatologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2001. 199p.

TUAN, YI-FU. Space and place: humanistic perspective. Progress in Geography, nº 6, p. 211-252, 1974.